

Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Economia, Administração, Atuarias, Contabilidade e Secretariado
Curso de Ciências Econômicas

GLOBALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS:
Uma análise da União Européia, NAFTA e Mercosul.

Leonardo Cartaxo
No. de matrícula: 9611231
Orientadora: Prof.(a) Ana Maria C. Fontenele

Fortaleza - Ceará
Dezembro 2000 - 2

**Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Economia, Administração, Atuarias, Contabilidade e Secretariado
Curso de Ciências Econômicas**

**Globalização e Formação de Blocos Econômicos: Uma Análise da
União Européia, NAFTA e Mercosul**

**Aluno: Leonardo Cartaxo
Orientadora Ana Maria Fontenele**

**Monografia submetida à comissão julgadora do curso de Ciências Econômicas, como
exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, pela
Universidade Federal do Ceará**

**Fortaleza - Ceará
Dezembro 2000**

Essa monografia foi submetida como parte dos requisitos à obtenção da graduação em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

LEONARDO CARTAXO

Monografia aprovada em __/__/2000

Média Final _____

BANCA EXAMINADORA

Prof (a). Ana Maria Fontenele
Orientadora

Nota

Prof (a). Maria Cristina Pereira de Melo

Nota

Prof (a). Jacqueline Franco Cavalcante

Nota

AGRADECIMENTOS

Nesse longo caminho em que me empenhei na busca dos conhecimentos necessários para concluir mais uma importante etapa na minha vida, tive o apoio de várias pessoas que contribuíram de alguma forma para o meu sucesso e neste grande momento de satisfação não poderia deixar de mencioná-las;

Gostaria, antes de mais nada, de agradecer a Deus que sempre esteve presente na minha vida, tanto nos melhores quanto nos piores momentos;

Aos meus avós, Otacílio e Ivone, que sempre cuidaram de mim com muito amor e carinho e não mediram esforços para me proporcionar a educação que possuo;

Aos meus inestimáveis amigos: Erick, Fátima, Fábio, Marcos, Daniel, Walter, Souza Neto, Clerton, Montenegro, Evangelista e Luana pela paciência e compreensão perante os meus momentos de reclusão para a elaboração desta monografia;

Aos meus amigos do PET e da FEAACS: André, Lígia, Sônia, Otávio, Régis, Edilmar, Hugo e Elisa, por todos esses anos de amizade;

À Universidade Federal do Ceará, pela oportunidade de realizar esse ímpar e grandioso;

Como não poderia deixar de ser, expresso os meus mais sinceros agradecimentos à professora e amiga Ana Maria, por todo o cuidado, dedicação e paciência para comigo e pelas brilhantes e valiosas contribuições que estiveram presentes em todos os momentos na elaboração deste trabalho;

À banca examinadora, Prof^a Cristina e Prof^a Jacqueline, pessoas admiráveis e de altíssimo nível, pelos ricos e construtivos comentários;

Aos Professores: Isabel, Eurípedys, Abreu, Fábio Bastos, Agamenon, Lemos e Roberto Smith, que muito contribuíram para a minha formação acadêmica;

E, finalmente, à CAPES, pela honra de ter participado do Programa Especial de Treinamento (PET).

RESUMO

Globalização e Formação de Blocos Econômicos: Uma Análise da União Européia, NAFTA e Mercosul foi desenvolvido dentro do atual contexto de globalização econômica e de formação de blocos econômicos, os quais visam o fortalecimento do mercado interno de seus países-membros com o intuito de preparar melhor os mesmos frente à intensa competitividade mundial acentuada pelos processos de abertura econômica, desregulamentações e privatizações.

Os blocos econômicos são desenvolvidos então nesse contexto, pressionados pelas forças da globalização econômica que se baseia nos princípios neoliberais para justificar o intenso processo de acumulação de capital e a grande perda de direitos trabalhistas que ocorreram no final do século XX.

Esse fenômeno permanece vivo ainda hoje, limiar de um novo milênio, e muito pouco ainda se sabe sobre as suas reais conseqüências.

Os neoliberalismo deu a sustentação necessária à globalização, e esta obrigou praticamente todos os países do globo a realizarem uma espécie de guerra entre si. Guerra por mercados e para defender o próprio mercado interno do país. Nesses contexto, sobressai um conjunto de alianças e guerras tarifárias, onde cada país procura se aliar a outros para fazer frente àqueles que ameaçam o seu mercado.

O processo de globalização é tomado então como um processo irreversível que pode levar o mundo a seguir um desses caminhos: uma grande fragmentação mundial com a presença de blocos fortemente fechados ou uma super-liberalização geral da economia mundial.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: O NEOLIBERALISMO COMO UM IMPORTANTE PASSO PARA A GLOBALIZAÇÃO	13
1.1 AS METÁFORAS DA GLOBALIZAÇÃO.....	13
1.2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS	15
1.3 DA TEORIA NEOLIBERAL À PRÁTICA	27
1.4 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO	31
1.5 O ESTADO FRENTE AO NEOLIBERALISMO.....	35
CAPÍTULO 2: FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS	39
2.1 OS FATORES CONDICIONANTES PARA A FORMAÇÃO DOS BLOCOS.....	39
2.2 A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA.....	43
2.2 A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA.....	47
2.4 PROCESSO POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA UNIÃO EUROPÉIA, NAFTA E MERCOSUL.....	49
2.5 UNIÃO EUROPÉIA.....	51
2.6 MERCOSUL.....	56
2.7 O NAFTA.....	59
CAPÍTULO 3: ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS DO NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA E MERCOSUL	64

3.1 ANÁLISE DO ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DO NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA E MERCOSUL (1975-1998).....	64
3.2 ANÁLISE DO PIB PER CAPITA DO NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA E MERCOSUL (1975-1998).....	69
3.3 ANÁLISE DO PIB DO NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA E MERCOSUL.....	74
3.4 ANÁLISE DA TAXA DE DESEMPREGO E INFLAÇÃO.....	79
CONCLUSÃO.....	83
BIBLIOGRAFIA.....	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: IDH DO NAFTA.....	65
TABELA 2: IDH DA UNIÃO EUROPÉIA.....	67
TABELA 3: IDH DO MERCOSUL.....	68
TABELA 4: PIB PER CAPITA DO NAFTA.....	70
TABELA 5: PIB PER CAPITA DA UNIÃO EUROPÉIA.....	71
TABELA 6: PIB PER CAPITA DO MERCOSUL.....	73
TABELA 7: PIB DO NAFTA.....	74
TABELA 8: PIB DA UNIÃO EUROPÉIA.....	76
TABELA 9: PIB DO MERCOSUL.....	78
TABELA 10: TAXA DE DESEMPREGO E INFLAÇÃO DO NAFTA.....	79
TABELA 11: TAXA DE DESEMPREGO E INFLAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA.....	80
TABELA 12: TAXA DE INFLAÇÃO DO MERCOSUL.....	81
TABELA 13: TAXA DE DESEMPREGO URBANO EM % NO MERCOSUL.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO IDH DO NAFTA.....	66
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO IDH DA UNIÃO EUROPÉIA.....	67
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DO IDH DO MERCOSUL.....	69
GRÁFICO 4: COMPOSIÇÃO DO PIB PER CAPITA DO NAFTA.....	70
GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA DA UNIÃO EUROPÉIA.....	72
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA DO MERCOSUL.....	73
GRÁFICO 7.1 COMPOSIÇÃO DO PIB DOS ESTADOS UNIDOS.....	75
GRÁFICO 7.2 COMPOSIÇÃO DO PIB DO MÉXICO.....	75
GRÁFICO 8: PIB DA UNIÃO EUROPÉIA – 1998.....	77
GRÁFICO 9: PIB DO MERCOSUL – 1998.....	78

INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização e a formação de blocos econômicos deveriam sinalizar uma fase de extraordinário ritmo de crescimento que seria sentido em todas as economias do mundo. Como resultado do processo de globalização, tem-se as recentes crises ocorridas em diferentes continentes e que foram sentidas em praticamente todas as partes do globo, como a crise mexicana, coreana, russa, brasileira, e, por último, a crise expressa pelas sucessivas quedas da bolsa eletrônica de Nova York medidas pelo índice Nasdaq.

Embora se tenha falado demasiadamente em globalização, principalmente desde a década passada, ela não constitui um fenômeno atual e está relacionada a um encadeamento de processos e fatos históricos que proporcionaram o seu rápido desenvolvimento, tal qual se encontra hoje, com a formação de blocos econômicos e a possibilidade de se afirmar uma moeda única entre vários países que possuem as mais diversas línguas e culturas, como no caso da União Européia.

De um modo geral, a globalização pode ser entendida como um processo que visa a abertura dos mercados, tanto em nível mundial quanto regional, nacional ou local, sendo para isso necessária a abolição das barreiras alfandegárias que impedem a livre circulação de bens entre os países.

O tripé da globalização é baseado no grande avanço das áreas de telecomunicações, microeletrônica e informática que aprofundaram a interligação dos mercados mundiais e constituem as chamadas tecnologias da informação. Esse avanço tecnológico que culminou com uma incrível diminuição do tempo necessário à propagação de informações que giram em vários mercados do mundo em tempo real e redes *on line*, criou uma nova configuração do capitalismo mundial, onde ocorre uma desnacionalização de produtos e serviços, além de um processo de desintermediação e desregulamentação dos mercados.

A doutrina neoliberal, que propaga uma ideologia que visa essencialmente acelerar o processo de globalização, busca impor um *pensamento único* que constitui um conjunto de

regras de caráter macro e microeconômico que objetivam uma homogeneização dos aspectos econômicos, sociais e políticos em todos os países do planeta.

Os princípios neoliberais estão plenamente de acordo com os princípios da globalização. O neoliberalismo, que pode ser entendido como uma volta à teoria liberal dos economistas clássicos, só que em um novo contexto histórico, defende o estabelecimento de um Estado mínimo atuando na economia e coloca o mercado como agente responsável pela regulação da economia, e, inclusive, do salário, e, conseqüentemente da renda e do emprego dos países. Neste contexto, questiona-se a soberania do Estado frente ao processo de globalização.

O processo de globalização provocou o surgimento de diversos blocos econômicos que têm por finalidade o fortalecimento do mercado interno de seus países-membros e um maior grau de integração entre os mesmos. Os blocos econômicos são oriundos dos novos padrões de competitividade que implicam em uma crescente internacionalização dos mercados causada pela redução do tempo e da distância entre os países com o avanço da informática e das telecomunicações.

A remoção das barreiras alfandegárias entre os países-membros e uma maior integração regional através de acordos comerciais, surgiram como uma forma dos países adquirirem uma maior competitividade frente ao novo cenário do comércio internacional, originando, desta forma, os atuais blocos econômicos. Estes blocos visavam inicialmente desenvolver o comércio de uma região determinada, o que caracteriza a chamada *integração regional*, que constitui uma fase da globalização, expressa pela criação de blocos econômicos baseados na localização geográfica dos países-membros e nas suas relações diplomáticas com os países vizinhos.

Atualmente o mundo se encontra dividido em diversos blocos econômicos e há um crescente número de acordos comerciais e processos de integração entre vários países que visam fortalecer o seu mercado frente à grande competitividade internacional. O bloco europeu, pioneiro desse processo, já caminha para um estágio final de sua evolução.

O NAFTA, a União Européia e o Mercosul constituem hoje em dia os blocos econômicos mais avançados em termos de estágios evolutivos e mesmo de maior PIB e renda per capita, como é o caso do NAFTA e da União Européia, que incluem países com uma economia altamente desenvolvida dentro do bloco.

A relevância deste trabalho está, portanto, no caráter atual e na complexidade deste tema. Esta pesquisa objetiva, portanto, tentar oferecer um melhor esclarecimento dos efeitos do processo de globalização na economia dos países que constituem os blocos econômicos do NAFTA, Mercosul e União Européia, analisando o comportamento de algumas variáveis macroeconômicas como o nível de produto e emprego e produto per capita.

Esta monografia contará com uma divisão de seu conteúdo em três capítulos. O capítulo 1 apresenta o fenômeno da globalização inserida na ideologia neoliberal dominante no contexto atual; o capítulo 2 analisa as principais causas impulsionadoras do processo de formação de blocos econômicos e ainda apresenta os blocos propostos para o presente estudo e o capítulo 3 realiza uma análise comparativa dos indicadores de Produto, Produto per capita e taxa de desemprego da União Européia, NAFTA e MERCOSUL através de gráficos e tabelas.

CAPÍTULO 1: O NEOLIBERALISMO COMO UM IMPORTANTE PASSO PARA A GLOBALIZAÇÃO

Este capítulo visa constatar a grande influência do pensamento neoliberal no processo atual de globalização.

1.1 AS METÁFORAS DA GLOBALIZAÇÃO

Para muitas pessoas a globalização não é um fenômeno recente. É oriunda do processo de acumulação e expansão do capital. Muitos acreditam que atualmente este processo está se realizando de forma nítida e incontestavelmente notável, podendo ser visto pela crescente mobilidade dos capitais nos mercados financeiros de todos os países do globo.

O fato é que a globalização tomou uma forma bastante peculiar com o advento da moderna informática que reduziu excepcionalmente o tempo de comunicação e superou a distância que eram os entraves para se ter acesso às informações circulantes nos meios de comunicação tradicionais, de forma rápida, quase imediata.

Segundo Ianni (1997), criou-se conceitos como *Economias-Mundo*, *Internacionalização do Capital*, *Ocidentalização do Mundo*, *Aldeia Global* e *Sociedade Global*, as chamadas metáforas da globalização.

O conceito de *Economia-Mundo* se refere à característica expansionista inerente ao capitalismo desde a sua formação no século XVI e se baseia principalmente na maximização da acumulação de capital.

A *Internacionalização do Capital*, outra característica da globalização, está ligada à subordinação do capital nacional aos movimentos e formas de reprodução do capital em geral em âmbito internacional.

Ocidentalização do Mundo é uma metáfora utilizada para justificar uma modernização do mundo através da difusão e incorporação dos valores, padrões e instituições predominantes na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, principalmente.

A metáfora da *Aldeia Global* compreende uma convergência de idéias, padrões e valores sócio-culturais decorrente da modernização dos meios eletrônicos de comunicação articulados em redes *on line*.

O modo de produção capitalista denota a *Sociedade Global*. Esta é um tipo de sociedade civil em que os contratos sociais, as formas de cidadania e as estruturas de poder passam a ter um alcance em âmbito global.

O recente processo de globalização econômica que os países do globo vêm enfrentando possui uma vasta gama de teorias e é um assunto explorado por vários pesquisadores em todo o mundo.

A constituição dos blocos econômicos surgiu como fruto desse processo, dividindo o mundo em conglomerados de países, geralmente circunvizinhos, visando alavancar ou proteger esses países da acirrada competição mundial por mercados. Essa competição é acentuada pela ideologia neoliberal predominante nos países desenvolvidos.

As mudanças que ocorrem atualmente nos paradigmas tecnológicos e organizacionais são baseadas no avanço da área de informática e de telecomunicações, gerando novos padrões de competitividade e contribuindo, desta forma, para o aceleração da globalização, e, conseqüentemente, da constituição dos blocos econômicos.

Os novos termos utilizados atualmente na linguagem econômica como *Economia Mundo*, *Internacionalização do Capital*, *Ocidentalização do Mundo*, *Aldeia Global* e *Sociedade Global* servem para descrever as transformações ocorridas no final do século XX que se propagam até o presente momento, influenciando no modo de viver e pensar da humanidade como um todo.

No seu sentido econômico, globalização define a formação de um mercado unificado que é caracterizado pela inexistência de barreiras ao comércio internacional de produtos e serviços. A integração dos mercados dos países-membros, em sua fase inicial, é geralmente determinada pela localização geográfica desses países, o que caracteriza o conceito de regionalização.

“Inicialmente, a criação dos blocos apresenta características, aparentemente, de cunho regional e/ou político. Ou seja, a integração desses mercados é reforçada pela localização geográfica dos países-membros e pela necessidade de manter relações diplomáticas entre os países vizinhos. Em algumas concepções, as economias em princípio deveriam convergir à medida que as barreiras ao livre comércio fossem sendo derrubadas”. (ARAÚJO, 1997, p.13)

1.2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS

É incontestável a importância da ideologia neoliberal no processo de criação de blocos econômicos e da economia global. A teoria neoliberal, uma espécie de volta aos princípios do velho liberalismo, dominantes principalmente no século XIX, com algumas mudanças quanto aos princípios liberais de liberdade individual, Estado e democracia, perpetua as antigas idéias liberais de defesa da propriedade privada e de Estado mínimo atuando na economia, além de propiciar uma imensa liberdade de mercado que gera um grande aumento de competitividade entre as empresas agora globalizadas e assistidas pelos seus países anfitriões.

O neoliberalismo pode ser entendido como uma adaptação em um novo contexto histórico do velho liberalismo. Este último foi implantado na civilização ocidental a partir do século XIX e perdurou praticamente até meados da década de 1920, sendo interrompido, então, pela famosa crise de 1929 a qual foi originada pelo “crack “da bolsa de Nova York e teve os seus efeitos repercutidos nas mais distantes partes do planeta, inclusive na economia brasileira, dando início a uma crise na economia cafeeira do país.

O velho liberalismo foi interrompido pela chamada “Revolução Keynesiana” a qual marcou o início de uma profunda intervenção estatal na economia, primeiramente nos países

desenvolvidos e logo em seguida nos países subdesenvolvidos, a partir da publicação da “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Renda”, principal obra de John Maynard Keynes, que introduziu a teoria da demanda efetiva e ao mesmo tempo criticou alguns postulados da Economia Clássica como a Lei de Say. Keynes enfocou a sua teoria em uma abordagem macroeconômica, onde poderia haver equilíbrio econômico com desemprego, assim com nos determinantes do aumento do investimento e suas implicações sobre o nível de renda.

A ideologia neoliberal ressurgiu em sua prática na década de 1980, implantada no governo de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Houve uma intensa política econômica voltada para a desregulamentação de vários mercados e para a privatização de determinadas empresas, incentivando assim um aumento da competitividade em uma escala mundial.

O neoliberalismo constitui então uma doutrina influenciada pelas teorias liberais seculares interrompidas pela abrupta Revolução Keynesiana que cedeu lugar a esse novo liberalismo no contexto atual da globalização.

Os princípios liberais surgiram no século XVII através do inglês John Locke (1632-1704), maior representante do liberalismo clássico, que compartilhou algumas das idéias de Thomas Hobbes (1588-1679) como a adoção do modelo jusnaturalista que defendia a existência de direitos naturais inerentes ao homem. Entretanto ao passo em que Hobbes defendia o absolutismo contra a guerra civil e para impor a ordem e o progresso da nação, Locke defendia a liberdade e a tolerância do liberalismo. Para Locke, a razão predominava sobre qualquer dogma religioso e os seus direitos naturais englobavam o direito à vida, à liberdade e à propriedade privada. Locke já no seu tempo defendia também o governo mínimo, o direito das minorias e a soberania do indivíduo em relação ao Estado (FURTADO, 1997).

O papel do Estado seria assegurar o direito de uso da propriedade privada em sua plenitude para Locke, que juntamente com Hobbes substituíram a tese do direito divino do poder político que era dado aos reis, criada por Robert Filmer. Forma-se a partir daí a idéia do

contrato social, firmado entre os indivíduos e o Estado, onde se garantiria a manutenção dos direitos naturais para Locke (idem).

A partir desse ponto desenvolve-se toda uma teoria fundamentada na liberdade individual como um pressuposto legitimador do liberalismo que desprezaria qualquer forma de regulamentação das ações dos indivíduos, defendida pelos chamados economistas clássicos, os quais tiveram como um de seus maiores expoentes o escocês Adam Smith. Através de sua obra “A Riqueza das Nações”, onde Smith formalizou a sua teoria da “mão invisível” a qual justificava as ações individuais de caráter egoísta como um fator que beneficiava indiretamente a sociedade com a criação de emprego e renda, legitimou-se não só a busca incessante de lucros individuais, como também a minimização da participação do Estado na economia, a defesa da livre concorrência e a acumulação de capital, a qual era considerada como o principal fator para o crescimento econômico de uma nação, ao lado da divisão do trabalho.

O neoliberalismo adaptou o velho liberalismo às novas estruturas sócio-econômicas e políticas da atualidade, onde predominam novas necessidades de acumulação de capital. Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman constituem os maiores expoentes teóricos dessa corrente econômica centrada no mercado livre.

Como a Lei de Say se manteve inalterada por essa corrente, ou seja, toda a oferta continuava criando a sua própria demanda, questões como desemprego, depressão econômica e crises de superprodução, entre outras características típicas de uma economia capitalista, estariam associadas a uma intervenção nefasta do governo sobre a economia. Esta, através do mercado livre que se constitui no seu agente regulador, se encontraria sempre em seu ponto de equilíbrio perfeito.

O neoliberalismo nasceu como uma oposição a toda forma de intervencionismo estatal, tanto o socialismo real quanto o modelo social-democrata do Estado Social keynesiano. Posteriormente a crítica foi centrada na ineficácia econômica e social do socialismo.

As novas necessidades da acumulação capitalista, quando da origem da implantação do neoliberalismo na década de 1980, não mais admitiam um modelo de Estado Social gerador de déficits, tanto orçamentários como na balança de pagamentos, e ainda os altos impostos necessários para efetivar uma política expansionista. Some-se a isto os elevados custos dos direitos trabalhistas que barravam esses processo de acumulação.

Constata-se a tendência à universalização da produtividade, onde predominam os novos padrões de concorrência e produtividade capitalistas que contam com um trabalhador mais dinâmico e de fácil adaptação a qualquer tarefa, reestruturações produtivas legitimadas pela intensa concorrência a nível mundial, com a abertura dos mercados dos países do Terceiro Mundo, além da globalização e da informatização dos processos industriais, o que gerou uma queda vertiginosa da mão-de-obra nesse setor.

A democracia não se constitui em um dos compromissos do neoliberalismo, apesar do mesmo defender as liberdades individuais, a propriedade privada e o livre mercado, pois há uma incompatibilidade entre a democracia e o Estado mínimo.

Von Mises e Hayek representaram o surgimento das idéias neoliberais na década de 1940, com a publicação do livro “O Caminho da Servidão”(1944) de Hayek, o qual critica duramente o intervencionismo estatal praticado pelo trabalhismo inglês (FURTADO, 1997).

Hayek compara o nazismo alemão com a intervenção estatal na economia inglesa que para ele era uma espécie de “servidão moderna”. Ele vê a sociedade como um somatório de ações individuais, independentes de qualquer forma de planejamento prévio e consciente ou de comando ou controle coletivo, não constituindo o fruto de um plano pré-estabelecido. Por isso a sociedade não seria considerada como uma invenção humana (idem).

Hayek organizou e coordenou os encontros de Mont Pèlerin na Suíça, de onde se originaram as idéias neoliberais, após a Segunda Guerra Mundial. Já em 1947 foi criada a Mont Pèlerin Society, um centro de pensamento político liberal preocupado com o futuro do

liberalismo no pós-guerra. Rapidamente os seus membros se colocaram contra o Estado Social europeu e o New Deal americano (idem).

O Estado do Bem-Estar Social originou políticas de estatização de empresas de setores econômicos estratégicos para garantir o pleno emprego e o crescimento da economia com uma ampliação dos direitos trabalhistas, o que gerava déficits orçamentários e na balança de pagamentos com uma elevada carga tributária. Os padrões capitalistas de Estado e de acumulação de capital viam de forma inaceitável essa situação e em 1970 o modelo keynesiano sofre uma crise causada pela Crise do Petróleo e pressões inflacionárias.

A partir desse ponto emerge o novo padrão de competitividade inter-capitalista, o qual exige uma alta tecnologia e elevada qualificação por parte dos trabalhadores, constituindo a chamada reestruturação produtiva. Esse novo tipo de mercado integrado ao processo de globalização, requer produtos de alta qualidade e preço baixo, o que implica em uma redução de impostos e custos de trabalho que por sua vez demandam uma participação mínima do Estado na economia, principalmente no mercado de trabalho. Assim nasce o neoliberalismo em defesa dos grandes capitais que se adaptaram às inovações técnico-científicas e gerenciais.

Surge então um novo modelo de trabalhador esculpido de acordo com as exigências das empresas reestruturadas que se viam dentro do mercado globalizado. O velho trabalhador desqualificado, mas de fácil adaptação a tarefas simples e repetitivas do modo de produção taylorista e fordista cedeu o seu lugar ao trabalhador qualificado, versátil e criativo, inserido no modelo de qualidade total, onde se realiza um revezamento constante de equipes. Desse modo, os pequenos e médios capitais que não possuem capacidade de inovação não conseguem sobreviver neste modelo de mercado.

Muitos autores defendem a inexistência de uma nova doutrina e até do nome “neoliberalismo”, o que seria apenas uma volta ao velho modelo liberal, colocando uma característica eterna e imutável nesta doutrina que passaria a constituir a única perspectiva de organização sócio-econômica da humanidade, beneficiando, desta forma, a manutenção do

Status Quo das sociedades capitalistas. No entanto, os princípios liberais não se mantiveram inalterados dentro do processo histórico, evoluindo com uma reestruturação inovadora em sua doutrina.

Mises, de acordo com Furtado (1997), realiza uma análise das mudanças ocorridas entre o velho e o novo liberalismo, que mantiveram a essência do pensamento liberal inalterada devido ao forte vínculo entre liberalismo e capitalismo. Ele afirma o caráter de mudança da doutrina liberal, embora seus princípios tivessem permanecidos inalterados. Mises tenta consolidar o capitalismo e o liberalismo se baseando em suas conquistas econômicas, científicas e tecnológicas, onde a satisfação material através do consumo pelo consumo justificaria a finalidade da existência humana.

O liberalismo vislumbra o progresso do bem-estar material exterior do homem e não condiz com suas necessidades interiores, espirituais e metafísicas, segundo Mises. Para ele, a política liberal não objetiva satisfazer os interesses de qualquer grupo em particular, mas os interesses de toda a humanidade que teria um desenvolvimento pacífico e impertubável do seu bem-estar material.

Para os neoliberais, particularmente para Mises, o lucro não constituiria a finalidade maior do modo capitalista de produção de mercadorias, mas sim a satisfação dos desejos e necessidades das pessoas, principalmente das classes inferiores. Os trabalhadores ampliariam o seu consumo com o progresso do capitalismo, aumentando o seu bem-estar material e sua felicidade. Portanto, nota-se aqui uma reversão da realidade de acordo com o argumento ideológico neoliberal que coloca o aumento de bem-estar da humanidade ao invés do lucro, como o motor da sociedade capitalista.

Os representantes do neoliberalismo, apesar de apresentarem algumas divergências teóricas, deram um núcleo teórico comum a esta doutrina, baseado nos princípios liberais de liberdade, propriedade, ordem, justiça, democracia e economia de mercado. Este núcleo sofre contínuas inovações de acordo com o desenvolvimento das estruturas capitalistas e coloca o liberalismo como a ideologia da classe burguesa.

O individualismo neoliberal consolida a soberania do indivíduo sobre a sociedade, se baseando nos direitos inalienáveis do homem, como o direito à vida, à propriedade e à liberdade.

Para Hayek a sociedade é um fenômeno natural que nasce, cresce e se desenvolve como todos os seres vivos, onde a sua reprodução é garantida pelas vantagens dos indivíduos que dela participam. Essa vantagens também deveriam ser dadas pelas instituições sociais que serviriam para atender os interesses individuais, o que inviabilizaria qualquer ação planejada e interventora por parte do Estado voltada para a coletividade.

O individualismo não significa egoísmo para Hayek. Isso se deve ao fato de cada indivíduo só saber o que é necessário ou supérfluo para si próprio, sendo impossível avaliar os outros indivíduos. Portanto, toda ação individual deve se sobrepor a qualquer forma de poder coercitivo e arbitrário, sendo independente do controle coletivo. Pode-se assegurar que o neoliberalismo não compreende nenhuma dimensão social e bem-estar coletivo.

A liberdade no contexto neoliberal visa o aumento da produtividade do trabalho, a garantia da existência da propriedade privada e o livre mercado. Isso implica na ausência de coerção por parte do Estado que deve atuar de forma mínima na economia. A liberdade individual, como no liberalismo, constitui o seu princípio mais importante e dela decorre a liberdade política, econômica, religiosa, etc. Esse contexto caracteriza uma defesa incondicional e ilimitada da liberdade onde nada pode restringi-la, nem mesmo um indivíduo que se contrapõe a toda a coletividade para realizar algo pode ser impedido de exercer a sua liberdade, pois ele pode trazer benefícios que seriam desconhecidos à sociedade. O Estado mínimo seria então justificado para assegurar os direitos e liberdades individuais e de mercado, se restringindo ao cumprimento da lei.

A liberdade econômica é garantida pela sociedade capitalista de mercado para Milton Friedman, pois esta é composta por empreendedores e trabalhadores que podem fazer diversas opções econômicas de acordo com o seu livre arbítrio. A liberdade política também só existe se houver liberdade de mercado, de acordo com os preceitos neoliberais (FURTADO, 1997).

O neoliberalismo coloca a ética em uma esfera individual e negam a possibilidade da existência de um código moral dentro da sociedade. Segundo Friedman, os problemas éticos devem ser deixados a cargo dos próprios indivíduos que possuem o seu livre arbítrio. A ética individual neoliberal diz respeito àquilo que o indivíduo deixa de fazer com sua liberdade de acordo com o seu livre arbítrio (idem).

Os homens são totalmente desiguais para Mises, onde se deve manter o princípio jurídico da igualdade com o intuito de evitar os conflitos decorrentes deste direito que é constitucional, muito embora para ele a igualdade perante a lei se justifique do ponto de vista racional, onde o trabalhador livre é mais produtivo que um escravizado. Pode-se dizer que essa igualdade não é ligada à questão moral e sim à produtividade do indivíduo.

Para os neoliberais, o mercado é o único mecanismo capaz de propiciar a liberdade econômica e política para o indivíduo. O Estado mínimo neoliberal deveria deixar o mercado agir livremente e desta forma os indivíduos obteriam a sua liberdade econômica. A preservação das leis e da propriedade privada seriam as principais funções delegadas a esse Estado. Para Hayek, o Estado não poderia formular regras, pois estas já estavam criadas dentro da sociedade, cabendo ao Estado descobri-las e, através do poder legislativo, transforma-las em leis.

Nos séculos XVII e XVIII delimitou-se a ação estatal com o estado Liberal que se opunha ao Estado Absolutista. Separou-se então a dimensão privada da dimensão pública, sendo esta última aonde o Estado estaria limitado a atuar. Esse novo Estado não possuía nenhuma identidade religiosa e se encontrava desvinculado do poder econômico. O Estado mínimo teve como pressuposto básico para a sua existência o fato do mesmo não prejudicar os indivíduos.

O Estado mínimo neoliberal se opõe a qualquer outro Estado intervencionista ou que possa suscitar mudanças econômicas, sociais e políticas, exercendo o papel de instrumento de transformação da estrutura econômica e social. Somente a sociedade civil, vista como um somatório de indivíduos isolados, é que poderia fomentar essas mudanças. O Estado

neoliberal constituiria um Estado de Direito restrito ao papel de manter a ordem através da proteção contra a violência internacional e econômica. Para isso, quanto mais a autoridade estatal estiver distribuída, através do legislativo e judiciário, menor será o poder do Estado e maior será a liberdade individual do país. O Estado seria portanto uma espécie de mal necessário para preservar a liberdade de ação dos indivíduos em seus empreendimentos.

O Estado não deveria ter o monopólio da saúde, educação e habitação devido à alta carga tributária necessária para arcar com este tipo de política da qual torna o Estado ineficiente quando intervém. O mercado competitivo arcaria com estes serviços a preços acessíveis e com melhor qualidade, atuando de forma eficiente e reduzindo a tributação e intervenção do setor público na economia. Além do mais, todo Estado interventor é considerado corrupto, atuando onde não deveria em todas as áreas econômicas, sociais e políticas e se ausentando onde deveria atuar, como na área de segurança, na manutenção da ordem e da propriedade privada.

Portanto, o Estado neoliberal implica na ausência de mudança da ordem natural das coisas, com a afirmação e perpetuação do *Status Quo*. O planejamento estatal também é criticado por essa corrente de pensadores, por restringir a liberdade dos indivíduos, uma vez que destrói os mecanismos naturais de funcionamento da sociedade.

Tem-se ainda como argumento anti-intervencionista a tributação progressiva do Estado do Bem-estar Social e a consolidação da propriedade coletiva do Estado Socialista o qual intervém no direito à propriedade individual.

O Estado mínimo, em síntese, deve estar relacionado diretamente com os interesses de mercado, e, por consequência, com a liberdade econômica.

Mises avalia as funções desse Estado mínimo: defesa incondicional da propriedade privada e manutenção da paz para garantir que os indivíduos desfrutem de sua propriedade. Para ele, o Estado possui um caráter negativo, pois este possui um aspecto punitivo que restringe os “vícios” através da coerção (FURTADO, 1997).

O Estado mínimo, portanto, é justificado por permitir maiores liberdades individuais e ser compatível com o livre mercado, o qual manteria o equilíbrio econômico do sistema capitalista. Logo, o Estado mínimo neoliberal se caracteriza por estar subordinado aos interesses individuais, sendo ele um servo do homem.

Enquanto o Estado do Bem-Estar Social garantiu amplos direitos para a classe trabalhadora, reduzindo desigualdades sócio-econômicas, o Estado mínimo visa a eliminação desses direitos, os quais não favorecem o livre mercado e as liberdades individuais.

Para Hayek as classes altas da sociedade arcam com uma pesada tributação para financiar o setor público, onde todas as pessoas devem contribuir não interessando se elas vão ou não usufruir desses serviços. Os neoliberais se opõem a essa isonomia baseada na justiça social, aonde o setor público é financiado indevidamente pela burguesia. Além de tudo, como a demanda das classes baixas da sociedade constitui uma questão de ordem econômica e não moral, a dimensão do Estado não deve ser determinada pela carência dessas classes (idem).

Hayek afirma ainda a necessidade de renovação do financiamento e prestação dos serviços públicos que deve compensar cada indivíduo de acordo com a sua contribuição financeira. As políticas públicas devem ser subordinadas à lógica do mercado e os neoliberais são a favor da privatização dos serviços públicos.

De acordo com o seu arcabouço teórico, as políticas públicas deveriam visar a redução de gastos públicos, realocando os seus recursos em várias áreas sociais, medidas emergenciais que diminuam carências agudas da população e o processo de crescimento econômico que resolveria o problema da pobreza no longo prazo. A qualificação profissional da classe trabalhadora ficaria a cargo do governo e esta teria o intuito de ampliar as oportunidades dos trabalhadores dentro do mercado de trabalho (idem).

Os impostos progressivos sobre a renda também são vistos como uma espécie de coerção que influi na liberdade individual, pois este tipo de imposto objetiva a transferência de renda de alguns indivíduos para outros.

De acordo com Friedman, o Estado mínimo eficaz requer a eliminação do controle sobre preços e aluguéis, importações e exportações, leis de salário mínimo, educação pública gratuita, controle estatal das telecomunicações, imposto de renda progressivo, programas de habitação para o povo e extinção da previdência social. A mão invisível smithiana garantiria o equilíbrio através do livre mercado, e, ao mesmo tempo, a liberdade individual (idem).

Os neoliberais ainda advogam a não-intervenção do Estado no mercado de trabalho e a supressão de uma grande parte dos direitos dos trabalhadores que foram conquistados historicamente, principalmente no modelo de Estado keynesiano. Entre estes direitos se encontram o direito ao salário mínimo e seguro-desemprego.

Quanto à principal instituição neoliberal que legitima e centraliza o arcabouço teórico neoliberal, pode-se afirmar:

“O mercado é a instância da sociabilidade porque propicia a coesão e a harmonia entre uma diversidade de interesses antagônicos. Todos os agentes e sujeitos envolvidos nas relações de troca lucram no ato da permuta, todos saem vencedores, mesmo que desaprovem os objetivos uns dos outros. A força coesiva do mercado manifesta-se ao estabelecer a cooperação harmônica entre indivíduos de objetivos antagônicos; ao transformar indivíduos que lutam por recursos iguais em parceiros solidários, independente de qualquer forma de imposição externa vindo do sistema político e jurídico-legal.”(FURTADO, 1997, p.26).

Friedman exalta o livre mercado que sempre permite trocas que beneficiem ambas as partes, realizando uma cooperação com a ausência de coerção. As trocas são individuais e voluntárias, *ceteris paribus*, as empresas sejam privadas e os indivíduos sejam livres para realizarem essas trocas voluntariamente (idem).

Em resumo, a importância e superioridade do mercado neoliberal, assim como da propriedade privada, consiste no fato do mercado constituir uma instituição soberana, pois o mesmo propicia coesão e harmonia dentro de uma diversidade de interesses antagônicos; as trocas permitem uma espécie de cooperação voluntária sem coerção; a solidariedade mundial é gerada pelo mercado que é a fonte de toda a ética neoliberal, pois esta se encontra subordinada ao mercado, aos interesses individuais e à perpetuação da sociedade através da manutenção e consolidação da propriedade privada.

A justiça social inexistente para os neoliberais em uma sociedade que evolui naturalmente e as desigualdades deveriam permanecer inalteradas, pois estas constituem um fenômeno natural da sociedade. A justiça social implica em uma forte intervenção sócio-econômica por parte do Estado objetivando tirar de uns para dar a outros. Como as desigualdades não são geradas artificialmente, não poderia existir a justiça social.

Portanto, a desigualdade não seria uma criação deliberada e é decorrente das diferentes habilidades e competências, fazendo parte da ordem natural das coisas. Há uma desigualdade natural, tanto física quanto intelectual, entre todos os homens, onde a igualdade de direito é a única existente, pois se encontra relacionada ao aumento da produtividade do trabalhador e à paz social.

Quanto à relação entre justiça social e ética, a primeira destrói a última, pois:

“A ética neoliberal está vinculada ao mercado e às liberdades individuais, ambos, tanto como categorias teóricas quanto realidades sócio-econômicas, pressupõem a existência de diferenças naturais entre os homens. A realização da justiça social através da ação interventora no mercado livre é para os liberais, a nulificação da ética e da liberdade, porque, através da justiça social se busca a realização coercitiva e autoritária de fins coletivos (e não individuais), artifícios estes que ferem a ordem natural destruindo-a.”(FURTADO, 1997, p. 33).

Logo, a justiça social é inviável no modelo neoliberal, pois a mesma interfere no livre mercado e na propriedade privada, buscando impor uma igualdade artificial aos homens que são naturalmente desiguais. Por outro lado, não existe um Estado suficientemente justo para viabilizar a justiça social, visto o seu caráter negativo que se apóia na corruptibilidade desta instituição.

Para Mises, a realização da justiça social a partir de uma redistribuição de renda seria inviável, devido ao fato do número de pobres superar enormemente o número de ricos, o que implicaria em um insignificante aumento no padrão de vida dos indivíduos pobres. Soma-se a isto o caráter nocivo da justiça social quanto ao desenvolvimento econômico, visto que a desigualdade social é que induz o indivíduo a elevar sua capacidade e qualificação no trabalho e induz a competitividade no mercado, gerando uma expansão econômica. Caso não

houvesse essa desigualdade, haveria uma baixa produtividade individual com uma distribuição igual e bem menor em termos quantitativos, reduzindo a riqueza e prejudicando até mesmo aos mais pobres (idem).

Finalmente, o último argumento neoliberal a favor da alta desigualdade social é que ela estimula o luxo dos ricos, o que induz o país ao crescimento econômico através da diversificação da produção industrial, elevando o nível de demanda e emprego da economia.

Como o Estado capitalista liberal surgiu para se opor ao Estado Absolutista autoritário, o Estado neoliberal surgiu para se opor ao Estado Social democrático que garantia os interesses da maioria.

Hayek critica a democracia que possui um caráter intervencionista, interferindo nas liberdades individuais e no mercado. Além disso, a democracia é corrupta devido às pressões de segmentos de classe sobre os políticos que devem satisfazer os seus interesses em troca de votos. A democracia gera a ingovernabilidade por ser corrupta e envolta em interesses antagônicos, onde os políticos se tornam reféns da maioria (idem).

Para os neoliberais, a democracia constitui a tirania da maioria pelo fato da organização política da classe trabalhadora, que é representada por partidos e sindicatos, criar o que Friedman chamou de monopólio do trabalho. Este detém uma forte coação no parlamento e nas políticas governamentais, intervindo sobre o mercado. Além de tudo, a maximização do lucro capitalista é incompatível com a maximização de poder pelos governantes.

1.3 DA TEORIA NEOLIBERAL À PRÁTICA

A ideologia neoliberal marcou a década de 1980 com a chegada ao poder das forças liberais-conservadoras de Thatcher na Inglaterra em 1979, Reagan nos Estados Unidos em 1980 e Helmut Kohl na Alemanha em 1982. Neste mesmo período ocorria a hegemonia do liberalismo econômico no plano acadêmico.

Dentro desse contexto, as políticas econômicas das principais potências mundiais estiveram voltadas a um processo de desregulamentação de mercados e privatização de grande parte das empresas estatais, juntamente com a redução de impostos sobre as classes mais altas da sociedade e corte nos gastos sociais.

Tatcher organizou o seu governo neoliberal baseado no tripé: desregulação, privatização e abertura comercial. Ela foi a primeira na implementação das políticas de caráter neoliberal em um país desenvolvido, sendo logo seguida por Reagan e Kohl.

É necessário salientar a experiência e pioneirismo do Chile na implantação de políticas neoliberais já em 1974, onde segundo TAVARES & FIORI (1996, p. 81), essas políticas representaram ajustes macroeconômicos fracassados com políticas de desregulação e abertura comercial e financeira que culminaram em um verdadeiro desastre econômico em função de sua dívida externa no período de 1981-1982.

O Chile só se viu ajustado do ponto de vista macroeconômico em 1985 e muito embora se aplicasse as políticas liberais neste País, este protegeu a sua economia através de políticas de gastos públicos e financiamento anticíclicas.

A periferia capitalista, inclusive a América latina, viria a adotar esse pensamento político de acordo com as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial que pressionavam esses países que buscavam uma renegociação de suas dívidas externas a adotarem as práticas políticas incorporadas pelos países capitalistas do centro.

O pensamento neoliberal também invadiu a Europa Oriental e a União Soviética através, respectivamente, da "Perestroika" e da "Glasnost", movimentos antiburocráticos, antiestatistas e democratizadores.

Em 1990 já se reconhecia que o mundo estava vivenciando uma grande recessão com um nível de desemprego alarmante seguido de muitas falências de bancos, empresas e seguradoras. A competitividade internacional tornou-se mais acirrada, principalmente entre os

Estados Unidos, Europa e Japão. Foram necessárias várias rodadas de negociação patrocinadas pelo General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) para amenizar a luta pelo controle dos mercados nacionais com o aumento das medidas protecionistas adotadas por esses países.

Atualmente o neoliberalismo vem sofrendo muitos golpes que podem ser vistos através das derrotas de alguns de seus principais representantes políticos. O primeiro golpe no neoliberalismo ocorreu com a derrota de Bush para Bill Clinton, representante do partido democrata Americano, em 1993.

Apesar dos neoliberais ingleses se manterem no poder até 1997 através do voto distrital, ocorreu uma ampla vitória do Partido trabalhista na Inglaterra que implementou uma nova gestão econômica, social e política. Com a volta dos socialistas ao poder na França, a Europa já pode ser considerado como um continente praticamente governado por socialistas e social-democratas na grande maioria de seus países.

A reeleição de Bill Clinton em 1997 nos Estados Unidos constituiu outro duro golpe para o neoliberalismo. Além disso, Helmut Kohl sofre uma dura derrota nas eleições de 1999, apesar de ser um dos principais responsáveis pela queda do Muro de Berlim e reunificação das duas Alemanhas em 1989.

Enquanto isso, nos países do Terceiro Mundo vários governos que se diziam contrários às políticas do FMI foram eleitos, mas seguiram a ortodoxia desta instituição durante a década de 1980.

Fujimori, que foi reeleito sob suspeita de corrupção eleitoral no Peru, apresentou a sua renúncia em novembro de 2000, debaixo de escândalos de corrupção e tráfico de drogas em seu governo, indo se exilar no Japão. Fujimori instaurou uma ditadura disfarçada no Peru com uma política econômica neoliberal e um governo autoritário e conservador.

O Haiti sofreu um golpe sem apoio popular e teve de ser invadido pelos norte-americanos que recolocaram um novo presidente que era inspirado na Teologia da Libertação no país.

A democracia liberal se vê ameaçada no mundo islâmico com o crescente fundamentalismo. Nesses países se prega a implantação de um Estado religioso.

Na Europa Oriental e Rússia ocorreram grandes vitórias por parte de ex-comunistas inseridos em programas socialistas democráticos.

Quanto ao caso brasileiro, apesar da captação de capitais externos, importação de tecnologias e processos administrativos, o País não consegue fomentar um crescimento econômico significativo. Ainda persistem no País problemas relativos à imigração da população rural do campo para a cidade (êxodo rural), desemprego e altas taxas de juros, que em seu conjunto diminuem enormemente a popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em países desenvolvidos como os Estados Unidos, que detêm a maior dívida pública do mundo, o Estado intervém na economia através de seus enormes gastos na área militar, saúde e educação. Na Europa também predomina uma forte intervenção do Estado nas áreas sociais, culturais e industriais, onde a Alemanha detém um dos maiores gastos públicos do mundo.

No Japão, o intervencionismo estatal é evidenciado no Ministério da Indústria e Tecnologia (MITI), o qual define os setores estratégicos na economia, os investimentos e as políticas educacionais.

Os meios de comunicação têm contribuído demasiadamente para o avanço da ideologia neoliberal, identificando-a como um processo de modernização mundial. Os princípios neoliberais chegaram até a declarar o “fim da história”, ou seja, a ausência de

mudanças sociais, políticas e econômicas no bojo da humanidade, a qual teria de se conformar com a sua situação natural.

1.4 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

A sociedade neoliberal de Mont Pèlerin teve como uma de suas principais metas buscar uma forte base acadêmica e a Universidade de Chicago, onde Hayek lecionou de 1950 a 1962, constituiu o ponto de partida desta corrente que se expandiu nas academias norte-americanas, universidades européias, australianas e asiáticas. Sete membros da Sociedade Mont Pèlerin já haviam recebido o Prêmio Nobel até 1993, consolidando, desta forma, o seu pensamento a nível mundial.

Keynes, que focalizou as causas das crises econômicas na demanda e colocou os gastos públicos como solução para essas crises, teve a sua teoria compatibilizada de acordo com o equilíbrio geral neoclássico através de Hicks, Samuelson, entre outros. O modelo keynesiano passou então a figurar como um simples caso particular da teoria clássica no seu modelo de equilíbrio geral baseado no mercado e na concorrência perfeita.

O modelo keynesiano entrou em crise a partir da década de 1970 com o surgimento da estagflação, a qual é caracterizada pelo baixo nível de crescimento juntamente com uma alta taxa de inflação neste período, o que gerou uma recessão econômica, negando o comportamento da Curva de Phillips tradicional inspirada no modelo de Keynes.

Logo, foi exatamente dentro desse contexto que surgiu o pensamento de Milton Friedman, economista que ganhou grande prestígio no final da década de 1970, e os novos clássicos, os quais retomaram o modelo clássico do equilíbrio geral dentro de um contexto macro e, principalmente, microeconômico, com os seus modelos de expectativas racionais que permitiam justificar as flutuações econômicas do mundo real. Assim, a doutrina neoliberal teve um apoio teórico da escola novo-clássica, muito embora não tenha conseguido resultados aceitáveis, tanto no plano teórico quanto no plano empírico. Os governos de

Tatcher e Reagan aumentaram, ao invés de diminuir, a intervenção estatal, contrariando a doutrina neoliberal.

Após a estagflação de 1970 que causou a crise do modelo keynesiano, houve uma grande ofensiva neoliberal em termos mundiais. Milton Friedman e um grupo de seus discípulos da escola monetarista comandaram os bastidores da economia chilena após o golpe militar contra Salvador Allende em 1973 e levaram o Chile a uma grande depressão econômica, com queda do nível de emprego e produto.

Devido a este fato, o monetarismo cedeu o seu lugar à doutrina do *supply side*, (lado da oferta), nos novos governos de Tatcher e Reagan, ressuscitando assim a velha Lei de Say e voltando aos princípios do equilíbrio geral.

Por sua vez, Reagan perseguiu a estabilização da economia norte-americana, com redução da taxa de inflação e aumento da taxa de crescimento econômico, onde ambos iriam fortalecer a moeda norte-americana. O governo reaganiano serviu-se de políticas monetárias restritivas, ou seja, políticas monetaristas para combater a inflação.

Pode-se identificar um crescimento do déficit comercial dos Estados Unidos devido ao baixo ritmo de aumento da produtividade norte-americana com relação aos demais países desenvolvidos. Além disso, expandiu-se os gastos militares e o déficit público neste período. A doutrina do *supply side* só serviu para justificar a distribuição negativa da renda e os gastos militares, dentre outras políticas conservadoras. O período Reagan causou efeitos negativos sobre a economia mundial e uma grande recessão norte-americana no final do seu mandato.

Enquanto keynesianos e monetaristas discutiam a viabilidade dos gastos públicos, o governo Reagan aumentava os seus gastos no setor militar, gerando o maior déficit da história. Contudo, ainda continuava a realizar cortes nas áreas sociais e a reduzir as taxas de impostos sobre a classe alta norte-americana.

Com relação ao Terceiro Mundo, Reagan afirmava que um programa de ajuda econômica aos países subdesenvolvidos somente iria beneficiar a sua elite que era incapaz e indolente do mesmo modo que os programas de ajuda aos pobres favorecia a indigência e a preguiça. Para ele, o fortalecimento do comércio com os países subdesenvolvidos é que deveria fornecer as condições necessárias para o seu desenvolvimento.

Com a crise econômica internacional do período 1979-1983, aumentou-se os movimentos revolucionários no Caribe e na América Central, preocupando a administração de Reagan que pressionou os países do Terceiro Mundo a realizar uma política antiinflacionária de cunho monetarista com controle da emissão de moeda, elevação das taxas de juros e rigorosa política salarial. Além de tudo isso, recomendava-se uma política de desvalorização cambial nesses países para que os mesmos pudessem arcar com os pagamentos dos juros de suas dívidas externas.

Os países do Terceiro Mundo experimentaram uma nova situação em suas economias, onde apesar de realizarem grandes cortes em seus gastos públicos, houve um aumento do endividamento público devido ao intenso crescimento dos juros da dívida e à estatização das dívidas desses países. Portanto, a década de 1980 se caracterizou pelas restrições nos gastos públicos do Terceiro Mundo, começando pelos investimentos e encargos e terminando nas privatizações de empresas estatais.

O final da década de 1980 é marcada por mudanças políticas significativas como a queda do Muro de Berlim, a consolidação da Comunidade Européia e a forte valorização do marco alemão, além da abertura do mercado dos países do Terceiro Mundo.

Diante dessa mudanças, os Estados Unidos buscaram manter a sua hegemonia econômica mundial com a formação do NAFTA e do Consenso de Washington em 1989 para resolver os seus problemas internos, visando uma queda dos juros e do déficit fiscal do País, e externos, aumentando as suas exportações para conter o seu crescente déficit comercial.

Como nesse período os Estados Unidos já haviam incorporado o discurso acadêmico neoliberal, o FMI e o BIRD passaram a recomendar e condicionar esse discurso na implementação das políticas dos países do Terceiro Mundo. Na América Latina, esse processo ocorreu sob a pressão da dívida externa e uma crescente adesão das elites latino-americanas a essa ideologia.

O resultado das políticas neoliberais nos países centrais foram animadores: diminuição da inflação, grande aumento dos lucros, diminuição dos déficits públicos e dos salários, além de uma desaceleração dos conflitos sindicais. Entretanto, o crescimento sustentado e sadio que era pregado pelos neoliberais não se consolidou. Ao contrário, ocorreu uma prolongada estagnação econômica com breves períodos de crescimento e um baixo índice de investimento produtivo que perduraria, segundo alguns analistas, até o final do século. O desemprego aumentou enormemente nesses países, chegando à faixa de mais de 20% da População Economicamente Ativa no caso da Espanha devido a sua desregulação econômica que abaixou as taxas de investimento e crescimento econômico.

Já nos países periféricos que adotaram posteriormente essas políticas ocorreu, de forma geral, um sucesso inicial em seus planos de estabilização que foram baseados no modelo de estabilização mexicano sustentado na sobrevalorização cambial, altas taxas de juros, e abertura comercial. Segue-se a tudo isso, o aumento do desemprego e diminuição do crescimento econômico. Apesar dos cortes dos gastos públicos com salários e políticas sociais, houve um aumento exponencial das dívidas públicas desses países.

Esse quadro viria a permanecer até hoje, limiar de um novo milênio e advento de uma nova era baseada na reestruturação produtiva, novos modelos de gestão e processos de qualidade total. De um modo geral, o quadro econômico atual permanece profundamente modificado com o processo de globalização e o grande avanço do pensamento neoliberal.

A globalização em seu sentido econômico, iniciada com o processo de desnacionalização financeira norte-americano nos anos 1960, é consolidada com o fim do bloco socialista, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados monetários e

ALZIRA

financeiros a nível mundial. De outro lado, e de forma simultânea, o pensamento neoliberal é tomado como hegemônico no plano ideológico, ajudado pela queda do socialismo e pelo avanço de suas idéias consubstanciadas nas políticas dos países do centro e periferia e apoiadas teoricamente pela escola neoclássica.

Paralelo a este processo ocorre a afirmação da supremacia mundial norte-americana, onde os Estados Unidos tentam impor uma nova ordem mundial baseada no seu enorme poder econômico e militar que tiveram uma grande expansão no período com o fim da União Soviética, a guerra do Golfo Pérsico e a manutenção do dólar como moeda internacional forte.

1.5 O ESTADO FRENTE AO NEOLIBERALISMO

Como foi anteriormente discutido, os princípios liberais de liberdade individual, Estado e democracia sofreram as mais profundas mudanças pelos neoliberais que visavam adaptá-los às novas condições históricas de acordo com as novas estruturas sócio-econômicas e políticas que diziam respeito às novas necessidades de acumulação capitalista.

As idéias liberais vivenciaram duas realidades distintas, onde no velho liberalismo dos séculos XVIII e XIX as estruturas sócio-econômicas e políticas não exigiam uma defesa radical das liberdades individuais e da democracia, eminentemente elitista, pois as massas populares não participavam do processo político na época.

Segundo Furtado (1997, p. 44), o neoliberalismo inserido no mercado oligopolista do século XX, já exigia uma maior radicalização dos princípios liberais de liberdade individual, Estado e democracia e acabou por corresponder à versão mais desigual, perversa e antidemocrática da história do liberalismo com o aprofundamento das desigualdades, tanto entre classes sociais quanto entre as próprias nações, acentuando a pobreza e a miséria dos países periféricos e associando os governos aos grandes capitais em busca de lucros exorbitantes.

Como nesse contexto o Estado está associado e, ao mesmo tempo, é dependente dos grandes capitais, os neoliberais servem-se do seguinte dilema: “o menos possível de Estado e política”. Desta frase pode-se inferir a liberdade total de mercados, a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e capitais privados dentro de um processo de sucateamento do estado que se vê incapaz de intervir de maneira eficaz no mercado, legitimando assim, o Estado mínimo neoliberal.

Além disso, convive-se atualmente com uma intensa concentração de renda e riqueza, ampliando o grau de miséria com o aumento do número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza de acordo com os recentes dados empíricos da ONU. De outro lado, tem-se o aumento das taxas de lucro das grandes corporações, com uma grande perda dos direitos conquistados pelos trabalhadores decorrentes da diminuição do poder dos sindicatos trabalhistas que têm a sua frente um enorme contingente de desempregados, trabalhadores informais e terceirizados, o que deteriora a sua organização e atuação. Finalmente, ainda se tem uma baixa tributação imposta aos mais ricos, o que também muito tem contribuído para agravar esse quadro social.

Ianni (1999, p. 106) avalia o cenário histórico do século XX para a implementação de projetos políticos que se realizam à custa de muitas negociações, lutas e conflitos e se encontram frente a diversos jogos de interesses.

O planejamento e intervenção estatal, permitiram a viabilização da industrialização de muitas economias latino-americanas, incluindo o caso brasileiro, indispensável para o desenvolvimento econômico desses países e transformação de suas estruturas sociais que foram herdadas das estruturas coloniais.

Depois da Segunda Grande Guerra Mundial, surgem alianças e propostas de capitalismo nacionais que foram impulsionadas pela Comissão Econômica para a América Latina. (CEPAL) que deu o fundamento teórico para a industrialização da periferia baseado na deterioração dos termos de troca, na substituição de importações e na baixa elasticidade-

preço e renda da demanda de produtos primários por parte do centro, colocando-se contra a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo.

A Guerra Fria, iniciada em 1946 e terminada em 1989 com a queda do Muro de Berlim, levou à distorção e à destruição de vários projetos nacionais através de sua “diplomacia total”, posta em prática principalmente pelos governos norte-americanos. Ela serviu de uma contra-revolução a vários experimentos políticos nacionais, inclusive na América Latina e Caribe, com desestabilização de governos, incentivo à violência, formação de esquadrões paramilitares clandestinos para ações de caráter terrorista do Estado, além de outras ações em troca de benefícios com alianças de cunho imperialista.

Com o fim da Guerra Fria, ocorreu um virtuoso desenvolvimento do capitalismo que invadia as nações ex-comunistas da antiga União Soviética e Leste europeu, tornando-as integradas no mercado mundial dominado pelas grandes empresas, corporações e conglomerados transnacionais.

Este novo cenário de globalização do capitalismo coloca o FMI, o Banco Mundial e a OMC, assim como as grandes corporações transnacionais como as principais instituições promotoras de reformas políticas, econômicas, sociais e jurídicas nos diversos Estados nacionais que objetivam se enquadrar no novo contexto mundial.

A desestatização e a desregulação da economia nacional através da privatização de empresas estatais e dos sistemas de saúde, educação e previdência são tomadas como normas para a reestruturação do Estado.

O Estado deve ainda facilitar as associações e as negociações entre empresas nacionais e transnacionais com a abertura do mercado e a diminuição das conquistas sociais trabalhistas. Como o Estado mínimo neoliberal se encontra mais comprometido com as empresas transnacionais, os partidos políticos, os sindicatos e os movimentos sociais de classes e grupos subalternos não conseguem mobilizar recursos materiais e se organizarem para o atendimento das reivindicações sociais. Atualmente, a mídia que é controlada por

grandes grupos de poder a nível mundial, domina grande parte da vida política dos estados, desde o âmbito local ao âmbito mundial.

Notas Conclusivas

O Estado neoliberal é comprometido com o capital produtivo e especulativo, as tecnologias informáticas, eletrônicas, cibernéticas e os movimentos do mercado de trabalho de acordo com as sugestões e imposições das corporações internacionais que estão representadas pelas principais organizações mundiais.

Com a subordinação das prioridades nacionais aos interesses multinacionais e à grande mobilidade do capital estrangeiro, os governos nacionais apresentam um menor grau de liberdade na implementação de políticas económicas.

Tudo isso implica em uma maior disciplina macroeconômica, onde em função da disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros internacionais e sua velocidade de movimentação, qualquer desequilíbrio no mercado com relação à taxa de juros e/ou câmbio podem determinar movimentos especulativos de curto prazo. Logo, o processo de globalização causa uma perda de poder nas políticas fiscal e monetária do governo.

Em um contexto de abertura econômica ganham crescente importância a política salarial, a taxa de juros interna e a taxa de câmbio que implicam em aumento ou diminuição da competitividade do país na economia internacional. O barateamento e o excedente da mão-de-obra se tornam então artificios que permitem ao país gerar emprego e, de forma simultânea, competir no mercado internacional.

Portanto, conclui-se que a esfera das relações políticas sofreu um forte impacto da globalização econômica baseada na hegemonia dos princípios neoliberais e dos grandes capitais que degradam a soberania dos Estados nacionais, os quais perderam o seu poder de definir e coordenar os investimentos e traçar as linhas de suas políticas macroeconômicas.

CAPÍTULO 2: FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS

Este capítulo pretende realizar uma breve apresentação dos fatores que contribuíram para a formação dos blocos além da apresentação dos mesmos.

2.1 OS FATORES CONDICIONANTES PARA A FORMAÇÃO DOS BLOCOS

A economia mundial internacionalizada propiciou um grande poder às corporações transnacionais, as quais constituem os atuais agentes que controlam o mercado global. Como essas corporações não devem nenhuma lealdade ao Estado-Nação em que se estabelecem e sim às vantagens de seu mercado, criam-se as condições ideais para a consolidação da ideologia neoliberal, a qual foi absorvida à força pelos países da periferia pressionados pelas organizações mundiais de caráter ortodoxo.

O ressurgimento das idéias liberais a nível mundial propiciaram diversas transformações rumo à internacionalização da produção e dos mercados, a partir de um grande aumento no fluxo de comércio mundial e do capital financeiro que obrigaram diversos países a promoverem uma liberalização de suas economias nacionais, o que deu início ao processo de globalização econômica e financeira.

A globalização entendida como um fenômeno evolutivo do sistema capitalista visa superar as barreiras que impedem a livre circulação de bens e capital em todo o mundo. Esse fenômeno evoluiu ao longo do tempo no sistema capitalista de produção através de conquistas territoriais com as aberturas econômicas e comerciais dos Estados-Nações na busca de novos mercados.

A consolidação desses fenômeno foi alcançada com os avanços técnicos na área de transportes, comunicação e mudanças institucionais, como a criação do Estado Liberal em detrimento do Estado Absolutista, até os avanços nas áreas de informática, microeletrônica, robótica, engenharia genética, etc. Ocorreram três Revoluções Industriais neste processo de evolução.

A Revolução Industrial do século XVIII possibilitou a diversificação de mercados com profundas transformações tecnológicas que afetaram os sistemas de transporte e comunicação, os quais tornaram possível uma maior abertura comercial dos Estados com as novas facilidades nas relações de troca de mercadorias e encurtamento do tempo de viagens. Além disso, desenvolveu-se a burguesia industrial que pressionou os Estados-Nações a expandirem os seus mercados e se baseava nos princípios liberais de Adam Smith e a sua famosa “mão invisível”.

Neste período, a Grã-Bretanha possuía a hegemonia econômica mundial exercendo um certo domínio sobre as demais nações que adotavam políticas protecionistas objetivando a defesa de seus mercados nacionais através de tarifas alfandegárias.

A Grande Depressão do período 1873-1896 afetou o domínio britânico mundial, além dos demais países do globo através de elevados níveis de desemprego e inflação, forçando todos eles a adotarem políticas protecionistas. Esses fatos implicam em um processo histórico de globalização conturbado com fortes períodos de liberalização seguidos de períodos de intensa retração que exigiam políticas protecionistas.

O desenvolvimento do comércio de produtos no século XIX esteve relacionado com a vigência do padrão ouro, o que comprometeu os Estados-Nações a manterem o poder de compra do papel-moeda que estes viessem a emitir. Neste período, a Grã-Bretanha liderava uma divisão internacional do trabalho, pois ela possuía o monopólio da produção industrial da época.

É importante salientar a importância da revolução gerencial no final do século XIX com o advento das empresas transnacionais que internacionalizaram a sua produção, onde as firmas gerenciais passaram a controlar à distância as suas filiais instaladas em outros países.

A criação e o desenvolvimento das empresas multinacionais foram fundamentais para o processo de globalização, pois apresentaram uma crescente participação no comércio mundial, tanto no âmbito comercial intra-firmas quanto inter-firmas. Após a Segunda Guerra



Mundial, estas firmas se expandiram com uma velocidade impressionante devido ao aumento das inovações nas áreas de comunicação e transporte, fortalecendo o processo globalizante das economias.

Com o advento do século XX este fenômeno avança ainda mais assustadoramente em termos de alcance dos mercados mundiais através do surgimento de um novo paradigma tecnológico na década de 1970, o toyotismo, fundamentado nas novas tecnologias de informação e nas inovações organizacionais. No seu núcleo se encontra a combinação da microeletrônica, originária dos Estados Unidos, com o modelo de organização flexível desenvolvido pelo Japão (FREITAS, 1997).

Esse novo paradigma foi rapidamente incorporado pelas grandes empresas que competiam no mercado global, substituindo o antigo modo de produção fordista, ou de produção em massa, o qual pregava uma profunda especialização e divisão do trabalho que gerava um grande contingente de mão-de-obra para a empresa, além da padronização do produto final que não obtinha necessariamente um alto padrão de qualidade (idem).

Já no modelo de produção enxuta ou toyotista, a empresa conseguia reduzir custos e elevar a sua produtividade com o emprego de uma mão-de-obra mais qualificada que o trabalhador “boi” fordista. Esta mão-de-obra mais qualificada desempenharia várias funções dentro da empresa e juntamente com a alta tecnologia, reduziria o número de trabalhadores necessários ao processo de produção (idem).

O alto nível tecnológico das empresas que utilizavam o modelo de produção enxuta ainda permitia uma maior diversificação e qualidade de seus produtos finais, os quais eram adequados aos mais diferentes gostos dos consumidores.

Esse novo paradigma tecnológico fundamentou o intenso processo de reestruturação produtiva nas empresas de todo o mundo, com o intuito de aumentar a sua competitividade no mercado global, sendo essa competitividade acentuada principalmente nas duas últimas

décadas do século XX com o intenso processo de abertura econômica em vários países do globo.

A partir deste ponto, criou-se profundas mudanças nos padrões do comércio mundial que poderiam assim serem descritos:

“A teoria tradicional de comércio internacional enfatiza a dotação de fatores de produção, trabalho, recursos naturais e capital da região, como determinantes das trocas internacionais. É a vantagem competitiva das nações, fundada na dotação de fatores, que explica o padrão de comércio internacional. As exportações de uma região incorporariam os serviços de fatores relativamente abundantes, enquanto suas importações incorporariam os serviços de fatores relativamente escassos.” (THORSTENSEN et al., 1994, p. 23).

Surge então um novo padrão de comércio internacional que define novas políticas industriais e de comércio exterior, decorrentes das mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas, onde as empresas multinacionais ganham uma crescente importância no âmbito das exportações.

As vantagens comparativas são substituídas pelas vantagens competitivas de acordo com as novas estratégias dos grandes grupos empresariais. Neste caso, a intervenção do governo no mercado só seria desejável para melhorar o ambiente de operação das empresas através de melhorias na infra-estrutura econômica e social, qualificação da mão-de-obra, sistema de financiamento, sistema tributário e estabilidade política e econômica.

O GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), órgão criado em 1947 para orientar o comércio mundial através da liberalização multilateral, contava com 23 países-membros e tinha como objetivos a diminuição das tarifas impostas entre os mesmos, soluções de controvérsias, salvaguardas ao balanço de pagamentos e em ações de emergência sobre importações, listas de concessões, etc. Como o GATT constituía um organismo multilateral, o crescente processo de interdependência entre as nações deterioriza esse órgão que perde suas funções com o surgimento de vários acordos bilaterais entre alguns países na década de 1980. Na sua oitava rodada de negociações, a rodada do Uruguai que foi realizada em 1986, cria-se a OMC (Organização Mundial de Comércio), a qual substituiu o GATT. A OMC contou com

120 países-membros na data de sua criação e apresentou novas formulações operacionais no comércio internacional, desempenhando outras funções além daquelas que eram desenvolvidas pelo GATT, de acordo com o intenso processo de globalização atual.

Com os recentes aumentos no número de acordos com o objetivo de remoção mútua de barreiras e constituição de arranjos regionais de comércio, criou-se as condições ideais para o processo de integração regional, onde as forças da globalização pressionam os países a uma crescente integração internacional.

A integração regional surge então com o desgaste do GATT e como uma alternativa para a negociação e harmonização de práticas comerciais em um reduzido conjunto de países circunvizinhos, o que mais tarde viria a constituir o que conhecemos como blocos econômicos.

2.2 A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

O fenômeno da globalização é determinado nas áreas produtiva, financeira e comercial dos diversos países do globo. Esses países buscam uma maior inserção na produção mundial, através das inovações tecnológicas que são comandadas pelas suas empresas transnacionais.

O aumento no fluxo e na velocidade de circulação dos recursos financeiros constituem a principal característica da globalização na área financeira. Isso pode ser evidenciado pelo grande aumento dos investimentos estrangeiros diretos a partir da Segunda metade dos anos 1980 e pelo surgimento de um novo agente que detém um crescente peso na determinação da liquidez internacional, no mercado de valores e divisas e que serve como fonte de recursos a longo prazo: os fundos de pensão. Esses fundos podem trazer profundas modificações nos sistemas financeiros dos diversos países.

Na área comercial tem-se a hegemonia da liberalização do comércio mundial, onde os países buscam aumentar a sua participação na economia mundial, dando início desta forma, à formação dos blocos comerciais e aos acordos bilaterais.

Com as diversas inovações técnicas que apareceram no processo produtivo das empresas, a desregulamentação do sistema financeiro e os avanços nos meios de comunicação, o atual estágio do processo de globalização tornou-se praticamente irreversível e os países do globo são praticamente obrigados a adentrar neste processo hoje em dia na busca de maximizar os seus benefícios e oportunidades.

A subordinação da esfera produtiva aos interesses financeiros aumentou o nível de instabilidade econômica, causando queda de investimentos, principalmente nos países que apresentam maiores riscos no mercado financeiro, e estagnação do crescimento econômico nos países do globo em geral.

Segundo Chesnais (1996), é na esfera financeira que o processo de mundialização do capital alcança um nível mais avançado com um elevado grau de mobilidade nas operações, o que causa uma maior defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais. Com esse grande aumento no fluxo e no volume de investimento externo direto, chegou-se a decretar o “fim da geografia”. Atualmente as instituições financeiras surgem como uma poderosa força independente frente aos Estados, empresas de menor porte e classes e grupos sociais de baixa renda.

O processo de globalização financeira começou quando os grandes grupos passaram a colocar títulos diretamente nos mercados financeiros internacionais através da desintermediação financeira nos vários países, o que aumentou a importância das operações puramente financeiras dos grupos industriais.

Sobre esse novo avanço na área financeira, Chesnais declara na sua obra “A mundialização do Capital”:

“É no campo monetário e financeiro, talvez mais do que em qualquer outro, que foi maior a responsabilidade dos governos, a começar pelos do Reino Unido e dos EUA, na criação das condições que permitiam ao capital concentrado atuar praticamente ao seu bel-prazer com poucos controles ou freios. Foram necessários mais de dois séculos, desde o escândalo de Law até as medidas estabelecidas após a grande onda de falências bancárias dos anos 30, para criar um conjunto de regras enquadrando, tanto quanto possível, a atividade financeira; em particular estabelecendo estrito controle sobre a criação de moeda de crédito pelos bancos. Para acabar com elas, foram suficientes uns vinte anos.” (CHESNAIS, 1996, p. 240).

Portanto, a globalização atual corresponde a uma nova etapa no processo de internacionalização do capital através de uma nova configuração do capitalismo mundial assim como dos mecanismos que o regulam. Os gigantescos capitais financeiros e os fundos mútuos e de pensão constituem os principais agentes desta nova configuração do capitalismo.

A esfera financeira predomina sobre as demais esferas no comando do novo cenário da economia capitalista. O setor financeiro, de maneira específica, se alimenta dos juros dos ativos e das transferências efetivas de riquezas para a esfera financeira por meio dos serviços da dívida pública e das políticas monetárias que estão vinculadas a estes serviços. A esfera financeira possui uma preferência notável pela rentabilidade imediata, colocando o comportamento dos investimentos empresariais em função da taxa de juros, inflação, volume de capital monetário e horizonte temporal dos retornos.

O termo “mundialização do capital” utilizado por Chesnais coloca uma idéia de homogeneização nas estratégias, enfoques e condutas das grandes empresas a nível mundial. Especificamente na esfera financeira, este movimento de convergência pode ser visto nas operações de arbitragem com a integração internacional dos mercados financeiros que foi consolidada através da liberalização, da desintermediação e da desregulamentação dos mercados.

Sobre esse processo de integração internacional dos mercados financeiros, Chesnais chega a afirmar:

“Sob o ângulo da integração dos mercados nacionais dentro de mercados mundiais, que dominam os primeiros, quando não os substituem completamente, em

parte alguma o processo de mundialização é mais acentuado do que na esfera financeira.”(CHESNAIS, 1996, p. 241).

Esse capital financeiro inserido no processo de mundialização reduz a importância dos Estados nacionais, pois o mesmo detém uma parte considerada da capacidade de inovação e dos investimentos a longo prazo no setor industrial. Isso torna o sistema financeiro mundial mais frágil e vulnerável, onde com a ocorrência de uma supervalorização artificial de títulos gera-se uma crise mundial caso ocorra um intenso processo de substituição desses títulos aos seus correspondentes valores reais.

Além disso, há uma crescente importância do papel das empresas multinacionais dentro do processo de mundialização do capital, devido ao crescente aumento dos investimentos externos diretos (IED) que são constituídos principalmente pelas aquisições fusões de empresas nacionais por empresas estrangeiras.

A teleinformática permitiu um melhor gerenciamento dos custos de transação e burocráticos das grandes empresas acentuando assim o processo de internacionalização das mesmas.

A respeito dos mercados financeiros emergentes, estes representam a etapa mais recente da mundialização financeira. Esses mercados foram constituídos pela incorporação de mercados realmente novos, como no caso de determinados países da Ásia, e brevemente da China, assim como no caso de países como a Argentina que até o final dos anos 1980 controlou os movimentos de capitais sem securitização da dívida pública.

Chesnais formula o seguinte comentário acerca dos mercados financeiros emergentes:

“Os EUA, o FMI e seus aliados e representantes locais, formados nas universidades americanas conforme a crença e a receitas neoliberais, conseguiram, em marcha forçada, a abertura de pequenos mercados bolsistas, e especialmente a adoção da securitização da dívida pública, juntamente com a constituição de mercados domésticos de obrigações, interconectados com os países do centro do sistema. A crise mexicana mostrou bem as consequências dessa política. Esta será

manejada, sem dúvida, de forma mais prudente, mas não se pensa em voltar atrás, pois, do ponto de vista dos interesses especulativos do capital financeiro de características rentistas, representados pelos grandes fundos americanos ou britânicos, as questões em jogo são colossais."(CHESNAIS, 1996, p. 266).

2.3 PROCESSO DE FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS

A globalização provocou o surgimento de diversos blocos econômicos que visavam a integração de seus países-membros com a finalidade de fortalecer os seus mercados internos.

Em seu processo inicial, a globalização se caracteriza pela integração regional, que poderíamos defini-la como fase embrionária da globalização. A principal diferença entre globalização e regionalização diz respeito ao seu conteúdo político, onde na globalização existe um rigoroso acompanhamento político voltado aos interesses econômicos dos blocos.

A regionalização conduz os blocos econômicos a uma eliminação das barreiras alfandegárias, desobstruindo, desta forma, o desenvolvimento do fluxo comercial entre os países e diminuindo os custos dos seus produtos exportados dentro do bloco.

O desenvolvimento econômico dos blocos é dividido basicamente em cinco fases, onde em sua fase inicial tomam a forma de **Zonas de Livre Comércio**. Nesta fase os países participantes criam uma zona de livre circulação de bens, com redução de barreiras alfandegárias apenas para os produtos importados produzidos dentro do bloco. Ainda nesta primeira fase, os países reduzem as barreiras técnicas que são vistas nos diferentes padrões das mercadorias produzidas nesses países; as barreiras de saúde que são processadas através do controle sanitário; as barreiras fiscais como impostos ou taxas sobre as mercadorias dos blocos e as barreiras físicas que são conduzidas pelo controle na fronteira dos países.

A segunda fase de integração econômica entre os países dos blocos constitui a **União Aduaneira**, onde além da redução das barreiras alfandegárias para as importações de produtos dentro do bloco, cria-se uma política comum em relação às tarifas cobradas por esses países com relação a produtos importados por eles de países que não pertencem ao bloco.



Essa tarifa externa delimita externamente o bloco frente aos outros países que participam do seu comércio internacional. Este estágio constitui a atual fase do Mercosul.

O Mercado Comum é a terceira fase do processo de evolução de um bloco econômico. Neste estágio, além de tudo que foi estabelecido na União Aduaneira, acrescenta-se a livre circulação de pessoas, serviços e capitais, ou seja, neste estágio não há restrições sobre o capital e o trabalho, que constituem os fatores de produção da economia. Além disso, é exigida a criação de instituições supranacionais para determinar a legislação e políticas comuns que devem estar acima das políticas nacionais dos países-membros.

A União Econômica ou Monetária constitui o quarto estágio do processo evolutivo dos blocos econômicos e se caracteriza pelas mudanças das legislações nacionais dos países-membros que são feitas com o intuito de aproximarem as mesmas dos princípios do bloco que são elaborados nesta fase, além das características já estabelecidas em um Mercado Comum. Esta constitui uma fase muito avançada do processo de integração entre os países e exige a adoção de políticas econômicas comuns entre os países-membros com o intuito de tentar ajustar as suas taxas de juros, taxa de inflação e política monetária de acordo com índices pré-estabelecidos pelo bloco com relação aos déficits públicos. Há também algumas implicações sobre a taxa de câmbio que deve flutuar em faixas compatíveis no processo de ajustamento e convergência, além da criação de um sistema de Bancos Centrais independentes dentro dos países-membros e de um Banco Central da União que será o responsável pela política monetária vigente após a implantação da União Econômica ou Monetária, sendo que esta visa, ao final de seu processo, a criação de uma única moeda para o bloco, podendo abolir, desta forma, as moedas nacionais.

O último estágio deste processo de desenvolvimento é denominado de Integração Econômica Total ou União Política. Nesta fase os países-membros adotam uma política monetária comum, assim como uma mesma política de relações externas, de defesa e de segurança, além do que já foi estabelecido na União Econômica. A União Européia se encontra no início deste estágio de integração com o estabelecimento do Tratado de Maastricht em 1993.

2.4 PROCESSOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA UNIÃO EUROPÉIA, NAFTA E MERCOSUL

O processo de globalização pressiona os países do globo a realizarem uma integração internacional. Isto pode ser constatado no grande aumento do número de acordos com o intuito de reduzir as barreiras ao comércio entre os mais diversos países.

Os blocos econômicos surgem, então, como resposta à Revolução Tecnológica, iniciada em meados da década de 70, criadora do novo paradigma tecnológico que definiu os atuais padrões de competitividade que se relacionam com as novas tecnologias de informação e inovações organizacionais.

Os acordos realizados entre os países-membros dos blocos visam o fortalecimento ou a proteção destes países da competição mundial por mercados, onde surgem relações de coordenação e cooperação entre os países.

Dentro desse aspecto, o Bloco Europeu constitui o bloco com maior estágio de desenvolvimento. Este bloco é formado pelos países da União Européia que é constituída pela Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Inglaterra, Irlanda, Dinamarca, Grécia, Portugal e Espanha, juntamente com os países da EFTA-*European Free Trade Association*, constituída pela Noruega, Suécia, Finlândia Islândia, Áustria e Suíça. É importante salientar os diversos acordos preferenciais com países do Leste Europeu que ainda podem se tornar membros do bloco.

O Bloco Europeu tem como principal objetivo a estabilidade econômica, colocando o crescimento econômico e o desemprego em segundo lugar.

“A Comunidade tem por missão, pelo estabelecimento de um mercado comum, de uma união econômica e monetária e pela construção de políticas e ações comuns, promover um desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades econômicas no conjunto da Comunidade, um crescimento durável e não inflacionário respeitando o ambiente, um alto grau de convergência dos desempenhos econômicos, um nível de emprego e de proteção social elevado, o

aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão econômica e social, e a solidariedade entre os estados-membros". (THORSTENSEN et. al., 1994, p. 64).

O déficit público não pode chegar a mais de 3% do PIB e o total de dívidas não deve ultrapassar mais de 60% do PIB para os países que desejam aderir a esse bloco. Além disso há uma convergência dos países-membros à média inflacionária dos três países que obtenham os menores índices de inflação e que não ultrapasse 1,5% a. a.; a Taxa de Juros de Longo Prazo não deve ultrapassar 2,0% a. a.; estabilidade monetária com participação na taxa de câmbio e independência do Banco Central dos Governos Nacionais.

O NAFTA - *North American Free Trade Agreement* é um bloco composto pelos Estados Unidos, Canadá e México e foi firmado em Washington, Ottawa e Cidade do México por esses países.

O NAFTA visa a construção de uma Zona de Livre Comércio no continente americano, com a preservação da soberania dos Estados-membros, mediante a remoção de barreiras tarifárias de forma gradual e extinção das tarifas intra-regionais dos seus países-membros em um prazo máximo de 15 anos.

O NAFTA desconhece questões econômicas de integração regional como o fluxo livre de trabalhadores nos países, a coordenação da política monetária e taxas de câmbio.

O Mercosul - Mercado Comum do Sul, formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com acordos de adesão do Chile e da Bolívia, objetiva no estabelecimento de um mercado comum, com a ampliação das dimensões atuais dos mercados nacionais desses países, mediante a criação de tarifas externas comuns e a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os seus Estados-membros.

Os Estados-membros participantes deste bloco visam atingir uma inserção internacional adequada, modernizando suas economias para otimizar a oferta e a qualidade dos seus bens e serviços, além de promover uma integração da América Latina, de acordo com o tratado de Montevideu, em 1980.

“ O passo maior na relação bilateral Brasil-Argentina foi alcançado com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 1998. Através do tratado, os dois países se comprometiam a desenvolver um Mercado Comum, com eliminação de todas as barreiras comerciais em todos os setores e coordenação de políticas macroeconômicas, num prazo máximo de dez anos. Em 1989, o Tratado foi aprovado pelos congressos dos dois países, e no ano seguinte foi assinado o acordo de Complementação Econômica (ACE) número 14, que reunia 24 protocolos, os quais ditariam as relações comerciais num período transitório ”. (FREITAS, 1997, p.31).

As políticas macroeconômicas e setoriais coordenadas por esse bloco, têm o intuito de assegurar condições apropriadas para a competição entre os seus Estados-membros e a harmonização das legislações nacionais dos países-membros visam fortalecer o processo de integração do bloco.

2.5 UNIÃO EUROPÉIA

O processo de globalização provocou o surgimento de diversos blocos econômicos que tinham a finalidade de fortalecer o mercado interno e o processo de integração de seus países-membros. Como pioneiro desse processo tem-se o bloco europeu cuja integração de seus membros já caminha para um estágio final de sua evolução.

Integram o bloco europeu os 12 Estados-membros da EU (União Européia) e os membros da EFTA (European Free Trade Association). O bloco passou a ter existência formal com a criação de uma zona de livre comércio entre a EU e a EFTA, chamada EEE (Espaço Econômico Europeu).

O que hoje se conhece por UE foi inicialmente chamado de CECA (Comunidade Européia do Carvão e do Aço), criada em 1952, evoluindo em seguida para MCE (Mercado Comum Europeu), posteriormente chamado CEE (Comunidade Econômica Européia) e, finalmente, UE (União Européia).

A União Européia foi criada oficialmente em 1957 como Comunidade Econômica Européia (CEE) com a assinatura do Tratado de Roma que objetivava a formação de um mercado comum, o qual entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1958.

Esse tratado tinha como metas principais a livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais. Segundo o tratado, os países-membros estabeleceriam um sistema que tenderia a fundir os seus mercados nacionais em um mercado único, instituindo facilidades para a circulação de mercadorias e serviços, capitais e mão-de-obra. Tais facilidades incluíam a redução de todas as tarifas e cotas de importação, tributação uniformizada e ajustes cambiais com o intuito de beneficiar os países integrantes do mercado comum.

O mercado comum desenvolveu-se rapidamente ocasionando a incorporação dos seguintes países: Inglaterra, Irlanda e Dinamarca em 1974; Grécia em 1981; Portugal e Espanha em 1986; A Alemanha unificada em 1990 e em 1994 a Suécia, a Finlândia e a Áustria.

Já a EFTA foi criada em 1959 como uma zona de livre comércio em resposta à formação da UE. A partir de 1972 as negociações da União Européia com a EFTA passaram por transformações de grande relevância no processo de integração do bloco europeu.

Com a assinatura do Tratado de Maastricht em 1992, as negociações do Espaço Comum Europeu (EEE) apresentaram-se em ritmo cada vez mais acelerado com o passar dos anos. A meta do EEE era a formação de um quase-mercado comum entre a UE e a EFTA, com exceção da Suíça que decidiu manter uma postura de neutralidade.

Os principais pontos do tratado de Maastricht são: a eliminação dos direitos aduaneiros e restrições quantitativas à entrada e saída de mercadorias e de outras com efeito equivalente entre os Estados-membros; uma política comercial comum, dos transportes, da concorrência, social, do ambiente, industrial, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de cooperação ao desenvolvimento para as ex-colônias européias; um mercado interno caracterizado pela abolição dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais entre os seus Estados-membros; medidas relativas à entrada e à circulação das pessoas no mercado interno; a aproximação das legislações nacionais necessárias ao funcionamento do mercado comum; o reforço da coesão econômica e social; uma contribuição à realização de um nível elevado de proteção à saúde; o encorajamento ao

estabelecimento e ao desenvolvimento das redes transeuropeias (infra-estrutura); uma contribuição à educação e formação de qualidade, bem como o fortalecimento das culturas dos Estados-membros; medidas no domínio da energia, proteção civil e do turismo; a Associação dos Países e Territórios do Ultramar com vistas ao crescimento das trocas e ao desenvolvimento econômico e social e finalmente uma contribuição à proteção dos direitos dos consumidores.

O Tratado de Maastricht prevê a plena unificação da Europa através de um sistema monetário único europeu e a constituição do Banco Central Europeu (BCE), ambos convivendo com os bancos centrais de cada país, mas estes estando subordinados ao primeiro.

A implantação de sua moeda única, o *Euro*, estava prevista para ocorrer até janeiro de 1999, assim como também a definição e a condução de uma política monetária e de uma política cambial únicas, cujo objetivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços e, sem prejuízo desses objetivos, o apoio às políticas econômicas gerais na Comunidade, de acordo com o princípio de uma economia de mercado e de livre concorrência.

A União Europeia, de acordo com o Tratado de Maastricht, previa a implantação de sua moeda única, formando assim a União Monetária Europeia. Para a implantação da União Monetária Europeia (UME), a UE fixou critérios de convergência entre seus países-membros com o intuito de promover a estabilidade dos mesmos, onde o objetivo final seria a fixação cambial.

Existem dois critérios de convergência principais que servem de requisitos básicos para a entrada de um país na União Monetária Europeia (UME): os de caráter monetário e o do setor público.

Com relação ao critério do setor público destacam-se: a contração anual de dívidas do Produto Interno Bruto e a harmonização das políticas tributárias.

Os critérios de convergência de caráter monetário são: convergência inflacionária dos países-membros à média inflacionária dos três países que obtenham os menores índices de inflação e que não ultrapasse 1,5%; a taxa de juros de longo prazo não deve ultrapassar 2,0% a.a.; estabilidade monetária com participação na taxa de câmbio e, finalmente, independência do Banco Central Europeu dos bancos centrais dos governos nacionais. Todas estas medidas garantiria, segundo a UME, a saúde fiscal, cambial e monetária dos países-membros.

Segundo o Tratado de Maastricht, ocorrerá a transferência de toda a responsabilidade pela política monetária vigente nos países-membros após a implantação da UME dos bancos centrais nacionais para o Banco Central Europeu (BCE), onde este último terá independência de qualquer controle político dos países-membros.

O BCE teria o controle da oferta monetária e o poder de estabelecer as taxas de juros de curto prazo do *Euro*. A política monetária europeia que o BCE pretende adotar teria como objetivo principal a estabilização dos preços nos países da UE e a obtenção de uma área monetária mais abrangente, onde todos os países da UE adotariam gradativamente a moeda única, finalizando, desta forma, a integração.

As consequências econômicas previstas com a adoção da UME podem ser vistas sob três fatores: do nível de independência do banco central de cada país; do nível de capacidade que os sindicatos têm de coordenar a população ativa e conter as quedas salariais; e do nível de trocas comerciais entre os países-membros da UE.

Na prática esses critérios deveriam funcionar de uma maneira menos rigorosa, devido ao fato de todos os países-membros possuírem dificuldades em pelo menos um deles, o que afeta a decisão de integração.

Vale ressaltar que além da meta de estabilidade de preços que a UME objetiva, outras duas metas foram instituídas: o crescimento econômico e o emprego.

As políticas fiscais e monetárias, tanto dos Estados como dos municípios, deverão apresentar um elevado grau de semelhança. Além disso, todos os habitantes dos seus países-membros serão considerados cidadãos iguais do ponto de vista legal.

A nova ordem monetária europeia procura uma certa desvinculação do poder estatal com o intuito de não relacionar a política monetária regional à política econômica de um determinado país.

O Banco Central europeu (BCE) controlaria rigorosamente a emissão de moeda acarretando uma perda nos países-membros do controle de suas políticas monetárias nacionais. A França e a Alemanha constituem os países que basicamente controlam o BCE, o qual se sobrepõe sobre os demais bancos centrais das nações da União Europeia.

A moeda única europeia foi denominada de *Euro* e visa ser adotada com instrumento de troca por estes países em 2002. Para que isso pudesse ocorrer o Tratado de Maastricht previu que todos os países-membros deveriam se adequar aos critérios de convergência do bloco, além de congelar as suas taxas de câmbio até o primeiro dia de 1999.

A partir deste ponto as moedas nacionais deveriam permanecer em circulação por mais três anos e seriam então substituídas pelo *Euro* em 2002 de forma gradual. É importante salientar que a Inglaterra e a Dinamarca não ficaram comprometidas com este plano, pois estabeleceu-se no tratado que estes países teriam o seu direito reservado caso decidissem por não participar da União Monetária Europeia.

A política monetária seria de inteira responsabilidade do BCE, segundo o Tratado de Maastricht. Assim, tanto a oferta de moeda quanto as taxas de juros de curto prazo seriam controladas pelo BCE, o qual seria independente de qualquer controle político dos países-membros europeus ou das instituições públicas europeias.

2.5 O MERCOSUL

Os países que compõem o Mercosul apresentam uma área que corresponde a 11 milhões de quilômetros quadrados, com uma grande predominância de ricas regiões agrícolas, grandes reservas minerais e florestais. Entretanto, esses países apresentam também baixos indicadores econômicos e sociais, como um PIB bastante inferior ao da União Européia e NAFTA e uma alta taxa de analfabetismo, principalmente no Brasil (18,9%), seguido pelo Paraguai (9,9%).

A agricultura ainda constitui um importante setor para o bloco como um todo com uma participação no PIB que vai de 10% (Brasil e Uruguai) até 22% (Paraguai). Já no setor industrial o Brasil e a Argentina apresentam os maiores pesos em termos de PIB com 40% e 39% do total do PIB, respectivamente. O setor de serviços é liderado pelo Uruguai, seguido pelo Paraguai e Brasil, com 58%, 54% e 51% em relação aos seus PIBs (THORSTENSEN et al., 1994).

Este bloco apresenta um baixo grau de abertura comercial com relação ao seu comércio exterior. Em 1990, o Mercosul apresentou a menor participação das importações no PIB (7,1%), além da Segunda menor participação em termos de exportações com relação ao PIB (11,1%).

A história econômica do Brasil e da Argentina, principais países-membros do Mercosul, foi um dos principais determinantes para a formação do bloco.

Existem três momentos históricos que confirmam as similaridades das economias dos países que constituem o Mercosul: o primeiro momento foi o período de substituição de importações durante as décadas de 1960/1970; o segundo se deu com a crise da dívida externa nesses países durante o início dos anos 1980 e o terceiro foi caracterizado pelas altas taxas de inflação que geraram uma instabilidade política nesses países.

Portanto, os países do Mercosul percorreram trajetórias semelhantes para resolver os seus problemas políticos, econômicos e sociais durante o processo de globalização mundial através de processos de estabilização financeira e monetária e uma maior abertura comercial de suas economias visando a sua inserção no mercado mundial.

O Mercosul é atualmente constituído por quatro países-membros: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O Chile e a Bolívia fizeram um recente acordo de integração com o bloco, contudo esses países ainda não podem ser considerados como países integrantes do bloco e sim países que detêm acordos preferenciais com o Mercosul e que podem vir a fazer parte do mesmo no futuro.

Desde a década de 1950 que a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) se preocupava em criar uma zona de livre comércio latino-americana com o intuito de fortalecer as exportações de produtos manufaturados e fomentar o desenvolvimento regional. Entretanto, tal integração só foi efetivada com o surgimento da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), a qual foi criada pelo tratado de Montevideu em 1960 e reunia todos os países da América do Sul, exceto as Guianas e com a participação do México.

A ALALC objetivava ampliar o comércio dos países da região através da eliminação gradual das barreiras existentes entre esses países, incentivando ao mesmo tempo a industrialização e a diversificação de suas economias. Todo esse processo contribuiria para diminuir a dependência econômica desses países com relação aos países industrializados.

Sobre o fracasso da ALALC, pode-se destacar duas causas básicas: o excesso de rigidez no processo de liberalização de suas economias, devido principalmente ao processo de substituição de importações que estes países vinham passando na época com a finalidade de fortalecer os seus mercados internos, impondo barreiras às importações oriundas dos demais países. Além disso, havia um problema de desconfiança política entre os governos militares desses países, aonde os principais governos autoritários procuravam exercer uma influência política e econômica sobre os outros países.

Dentro da ALALC foram criados alguns sub-acordos regionais como o PEC(Protocolo de Expansão de Comércio) firmado entre o Brasil e o Uruguai no início da década de 1980, o qual visava uma complementação econômica entre os dois países. Nesses mesmo período, a Argentina e o Uruguai assinaram o CAUCE (Convênio Argentino-Uruguaio de Complementação Econômica).

Somente a partir da Segunda metade da década de 1980 é que se deu início às negociações entre o Brasil e a Argentina com o objetivo de realizar uma maior cooperação entre as suas economias. Como resultado dessas negociações foi consolidada a Declaração do Iguazu no dia 30 de novembro de 1985 pelos presidentes do Brasil, José Sarney, e da Argentina, Raul Alfonsín. Nesta declaração, enfatizou-se a continuação do processo democrático e a defesa dos interesses comuns desses países em foros internacionais.

Contudo, uma maior cooperação econômica entre o Brasil e a Argentina só foi alcançada em 1986 com a assinatura do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina pelos referidos presidentes. Esse programa deu início a uma progressiva integração entre os setores de indústrias complementares nos dois países e já visava a formação de um espaço econômico comum entre os mesmos. Apesar disso, ainda havia uma preocupação quanto ao fortalecimento dos setores produtivos com a finalidade de auferir uma maior capacidade de competição, não prejudicando, desta forma, o processo de integração que se daria de forma gradual.

Outro passo importante foi dado em 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Neste tratado, os dois países se comprometeram a eliminar todas as suas barreiras tarifárias ou não, propiciando assim a formação de um espaço econômico comum no período de dez anos.

O Paraguai e o Uruguai aderiram a este processo de integração em 1990 e em março de 1991 assinaram o tratado de Assunção ao lado do Brasil e da Argentina, criando assim o Mercosul (Mercado Comum do Sul). O Mercosul se fundamentava na ampliação dos

mercados nacionais de seus países-membros como condição essencial para acelerar o seu desenvolvimento econômico.

A criação de um mercado comum, objetivo básico do Mercosul, deveria se estabelecer até 31 de dezembro de 1994 com uma duração indefinida.

Os objetivos básicos do Tratado de Assunção correspondem à uma livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os seus países-membros, com a eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias; o estabelecimento de uma Tarifa Externa e política comercial comuns em relação a outros países; coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre estes países como a de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial, entre outras e a harmonização legislativa dos países-membros com o intuito de fortalecer o processo de integração.

A recente crise brasileira que forçou o País a desvalorizar a sua moeda, o real, em janeiro de 1999, colocou alguns entraves no processo de formação do bloco, pois gerou alguns problemas no relacionamento de seus principais países-membros, Brasil e Argentina, onde este último sofreu um forte impacto na sua balança comercial com a desvalorização da moeda brasileira.

2.6 O NAFTA

O bloco da América do Norte surgiu no final da década de 1980 através de uma integração realizada entre os Estados Unidos e o Canadá que posteriormente englobou o México e deu então início ao NAFTA (North American Free Trade Agreement).

Este bloco foi oficialmente formado a partir de um acordo preferencial assinado em 1992 entre EUA, Canadá e México. Este acordo foi ratificado em 1993 com o objetivo de criar uma zona de livre comércio com os referidos países.

É importante salientar que este constitui um bloco de livre comércio em termos de modelo de integração. Portanto, a formação de um mercado comum não representa o objetivo final do NAFTA.

Este bloco detém um enorme peso econômico no cenário internacional, principalmente devido à economia americana que exerce uma profunda influência nas economias de todos os países do globo ainda hoje. Por isso, esse bloco possui desde a sua formação uma tendência a se confrontar com a União Européia.

Como a principal meta do bloco norte-americano é apenas criar uma zona de livre comércio entre os seus países-membros, o modelo de integração deste bloco é muito diferente do modelo da União Européia que é mais completo com a formação de seu mercado comum que visa a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capital.

Uma zona de livre comércio implica em uma livre circulação de bens e serviços, assim como de investimentos.

Esse modelo foi adotado pelo bloco devido à preocupação dos Estados Unidos com a imigração oriunda do México e do Canadá. Além disso, seria necessário um forte controle do México sobre as suas remessas de capitais para os Estados Unidos.

Como o bloco também não objetiva se tornar uma União Aduaneira, a criação de uma tarifa externa comum e de uma política de comércio externo comum com relação aos outros países fora do bloco são totalmente inviáveis no NAFTA.

Do mesmo modo, diferentemente do mercado comum, o NAFTA não pretende criar instituições comunitárias, adotar políticas comuns ou orçamentos comuns entre os seus países-membros.

As primeiras negociações do bloco tiveram início em 1985 com acordos realizados entre os Estados Unidos e o Canadá, o que criou o FTA (Free Trade Agreement) assinado em 1988, mas que passou a vigorar somente a partir de 1989.

Neste processo de integração ocorria de forma paralela uma série de acordos entre o México e os Estados Unidos, onde o primeiro buscava ter um melhor acesso ao mercado americano através da redução de suas barreiras comerciais. Já os Estados Unidos se interessavam no controle de imigração mexicana clandestina neste período.

Para se efetivar esta aproximação entre os Estados Unidos e o México, este último teve de realizar um programa de liberalização econômica, privatização e controle do déficit público em sua economia.

Em 1990, o México conseguiu entrar no GATT e em troca o País teve de adotar tarifas aduaneiras semelhantes às tarifas consolidadas dos países desenvolvidos que eram muito mais baixas que as tarifas dos países em desenvolvimento.

Somente foram realizados acordos de investimentos entre os Estados Unidos e o México até 1989. Contudo, as negociações para a criação de uma zona de livre comércio entre os dois países teve início em junho de 1990 com a presença dos presidentes dos EUA e do México. Esse esforço na criação de uma zona de livre comércio se deu por iniciativa do México que se apoiava no programa de reformas realizadas em sua economia.

A criação do NAFTA foi anunciada em 1991 com a entrada do Canadá nesse processo de negociações. O bloco teria como objetivo a eliminação gradual de barreiras ao comércio e investimento, além de promover uma maior proteção para a propriedade intelectual.

As negociações entre os três países se deram a partir de junho de 1991, terminando em 1992 com a assinatura de um acordo pelo presidente Bush, o qual foi ratificado pelo Congresso americano no Governo de Bill Clinton em 1993.

O ITC (International Trade Commission) concluiu que o acordo seria vantajoso para os Estados Unidos que expandiria o seu comércio, diminuiria o preço de seus produtos e serviços e aumentaria a competitividade do País através dos ganhos de escala de suas empresas. Contudo, previa-se ainda que a formação de tal bloco causaria apenas um pequeno impacto sobre a economia americana devido ao grande tamanho dessa economia com relação à economia mexicana e canadense.

A vitória do partido Democrata americano promoveu um processo de ratificação do acordo pelo Congresso americano que o melhor acomodaria aos interesses políticos americanos. Logo após a revisão desses acordos o presidente Clinton se declarou a favor da integração que foi priorizada no âmbito da política externa norte-americana juntamente com a conclusão da Rodada Uruguaí.

As áreas que tratavam de questões como impacto ambiental, política social e desemprego foram renegociadas pelo governo dos EUA devido às pressões populares e em dezembro de 1993 o NAFTA foi aprovado pelo Congresso americano, entrando em vigor em 1994.

Sobre os objetivos do NAFTA pode-se afirmar que:

“Os objetivos do acordo são: eliminar as barreiras ao comércio, promover as condições de uma competição justa, aumentar as oportunidades de investimento, assegurar proteção adequada para os direitos de propriedade intelectual, estabelecer os procedimentos para a implementação e aplicação do acordo e para a resolução de controvérsias e prosseguir a cooperação multilateral, trilateral e regional.

São assegurados os princípios e regras de tratamento nacional, nação mais favorecida e transparência nos procedimentos, dentro do respeito aos direitos e obrigações do GATT.” (THORSTENSEN, 1994, P. 141).

Portanto, a principal meta do NAFTA seria a promoção do emprego e do crescimento econômico entre os seus países-membros. Isto se daria através da criação de uma área de livre comércio que aumentaria a competitividade das empresas desses países no comércio internacional com uma melhor preservação do meio-ambiente.

O desenvolvimento sustentável é adotado como meta dos países do NAFTA que ficaram comprometidos em proteger e ampliar os direitos dos trabalhadores, assim como as condições de trabalho de seus países-membros.

O NAFTA objetiva a eliminação de todas as barreiras tarifárias e não tarifárias entre os Estados Unidos, o Canadá e o México no período de quinze anos desde a assinatura do acordo.

Pode-se ainda afirmar que o NAFTA significa uma expressiva mudança nas relações econômicas entre os Estados Unidos e a América Latina.

Notas Conclusivas

Os blocos econômicos surgem com o desgaste do GATT que deu início ao processo de integração regional, o qual foi impulsionado pelo aumento do número de acordos que objetivavam a remoção mútua de barreiras e a realização de arranjos comerciais entre diversos países.

As empresas transnacionais e os fundos mútuos e de pensão afetaram profundamente a soberania dos Estados nacionais que perderam o seu poder de comandar a política econômica de seus países.

A União Européia, bloco mais avançado no atual contexto da globalização, visa a criação de uma moeda única na Europa e do Banco Central Europeu (BCE). Já o NAFTA visa tão somente a criação de uma Zona de Livre Comércio entre os seus países-membros, enquanto que os países que compõem o Mercosul se encontram em uma recente crise, o que pode influenciar no futuro deste bloco.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS DO NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA E MERCOSUL

Este capítulo tem como objetivo realizar uma breve análise dos principais indicadores dos blocos econômicos estudados neste trabalho.

Com esse intuito, cada bloco será analisado separadamente por meio de gráficos e tabelas, onde poderá se observar a evolução de cada país dentro do bloco ao qual o mesmo pertence, ou mesmo a evolução do próprio bloco ao longo do tempo.

Antes de se realizar tal análise é necessária a realização de algumas considerações quanto à importância desses indicadores macroeconômicos de crescimento e/ou desenvolvimento.

Os indicadores escolhidos foram o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH); o Produto Interno per capita; a taxa de desemprego e a taxa de inflação.

A importância desses indicadores está nas suas implicações econômicas e sociais, tanto para os países como para o bloco ao qual estes estão associados. Esses indicadores permitem a observância de similaridades e diferenças entre os blocos e países estudados, dando-se assim as condições necessárias para se realizar uma análise da evolução econômica e social desses países dentro do contexto da globalização e da formação de blocos econômicos.

3.1 ANÁLISE DO ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DO NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA E MERCOSUL (1975-1998)

O IDH foi criado em 1990 e adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Este índice serve para a comparação dos diversos países do mundo quanto aos seus padrões de desenvolvimento humano.

O IDH varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 estiver o país, maior será o seu nível de desenvolvimento humano, ou seja, melhor a qualidade de vida de sua nação.

O IDH é contabilizado através de uma interação entre os seguintes indicadores:

- i) esperança de vida ao nascer;
- ii) taxa de alfabetização de adultos maiores de quinze anos;
- iii) níveis de matrícula nas escolas de primeiro, segundo e terceiro graus;
- iv) Produto Interno Bruto per capita avaliado pelo poder de compra e com retornos decrescentes à renda.

TABELA 1: IDH DO NAFTA

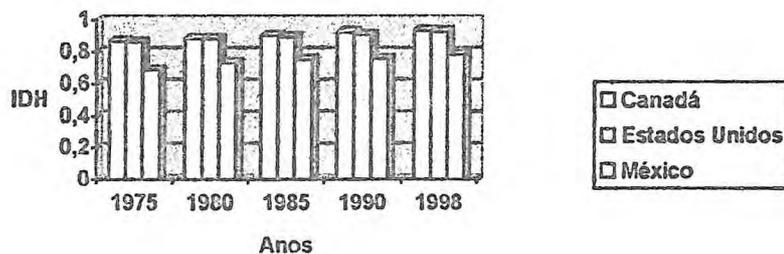
Valor do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH)						
Países	Colocação	1975	1980	1985	1990	1998
Canadá	1	0,865	0,880	0,902	0,925	0,935
Estados Unidos	3	0,862	0,882	0,894	0,909	0,929
México	55	0,687	0,731	0,749	0,757	0,784

FONTE: PNUD, 2000

GRÁFICO 1: IDH DO NAFTA



Evolução do IDH do NAFTA



FONTE: PNUD, 2000

De acordo com a tabela 1, o IDH do NAFTA evoluiu de uma média de 0,804 em 1975 para 0,882 em 1998. Como se pode observar, o México tem uma grande influência na queda dessa média. Ademais, o bloco detém dois dos três maiores IDHs do mundo com o Canadá e os Estados Unidos em primeiro e terceiro colocados no IDH de 1998, respectivamente.

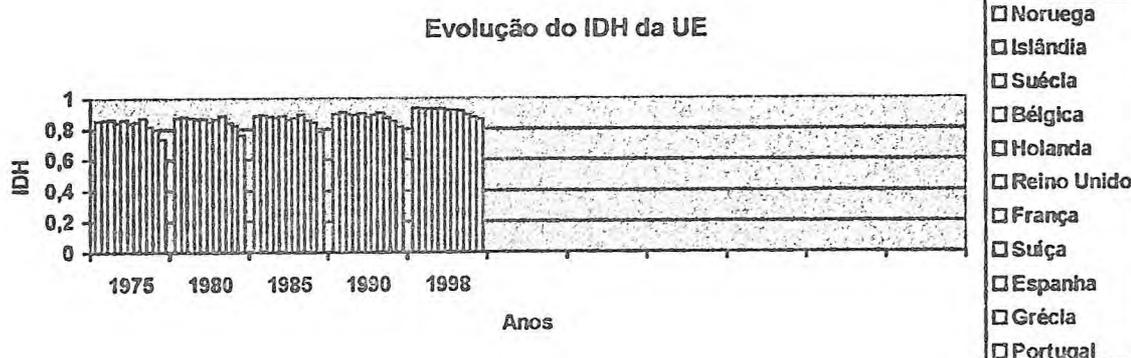
Nota-se pelo gráfico 1 que o IDH desse bloco evoluiu sem grandes alterações nas posições de seus países-membros, a não ser em 1980, ano em que os Estados Unidos apresentaram um IDH maior que o IDH canadense.

TABELA 2: IDH DA UNIÃO EUROPÉIA

Valor do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH)						
Países	Colocação (1998)	1975	1980	1985	1990	1998
Noruega	2	0,853	0,872	0,883	0,895	0,934
Islândia	5	0,857	0,879	0,888	0,906	0,927
Suécia	6	0,860	0,870	0,880	0,889	0,926
Bélgica	7	0,841	0,858	0,871	0,890	0,925
Holanda	8	0,857	0,869	0,883	0,897	0,925
Reino Unido	10	0,837	0,845	0,854	0,874	0,918
Finlândia	11	0,832	0,852	0,869	0,892	0,917
França	12	0,844	0,860	0,872	0,892	0,917
Suíça	13	0,870	0,882	0,889	0,901	0,915
Alemanha	14	-	-	-	-	0,911
Dinamarca	15	0,859	0,867	0,876	0,883	0,911
Áustria	16	0,836	0,850	0,863	0,885	0,908
Luxemburgo	17	0,818	0,833	0,847	0,870	0,908
Irlanda	18	0,805	0,818	0,833	0,857	0,907
Itália	19	0,825	0,843	0,853	0,875	0,903
Espanha	21	0,817	0,834	0,850	0,870	0,899
Grécia	25	0,798	0,819	0,839	0,849	0,875
Portugal	28	0,733	0,756	0,783	0,813	0,864

FONTE: PNUD, 2000

GRÁFICO 2



FONTE: PNUD, 2000

A União Européia teve um grande crescimento no seu IDH com a incorporação dos países da EFTA (European Free Trade Agreement) como a Noruega, Islândia e Suécia, que constituíram em 1988, os países com o maior IDH da Europa.

O IDH do bloco europeu evoluiu de uma média de 0,832 em 1975 para 0,861 em 1985 (sem a participação das duas Alemanhas que só foram unificadas em 1989), subindo para 0,911 em 1998 (com a participação da Alemanha unificada), ultrapassando assim a média do IDH do bloco americano neste mesmo ano.

Ao visualizar o Gráfico 2, pode-se observar a ascendência dos IDHs da Noruega, Islândia, Suécia, Bélgica, Holanda, Reino Unido, Finlândia e França, os quais ultrapassaram o IDH suíço que foi o maior deste continente no período de 1975 a 1990.

Nota-se ainda a tendência a uma certa uniformidade do IDH do bloco europeu ao longo do tempo, onde Espanha, Grécia e Portugal tentam se aproximar da média do bloco.

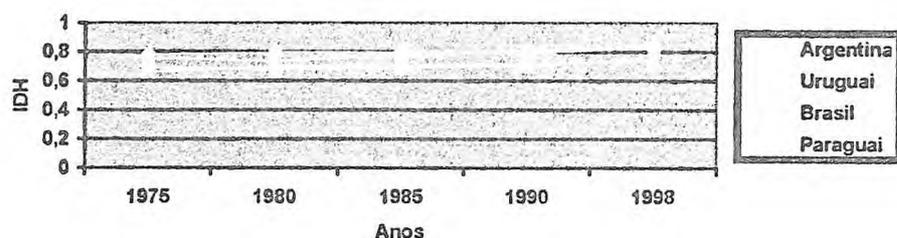
TABELA 3: IDH DO MERCOSUL

Valor do Índice do Desenvolvimento Humano(IDH)						
Países	Colocação (1998)	1975	1980	1985	1990	1998
Argentina	35	0,781	0,795	0,801	0,804	0,837
Uruguai	39	0,753	0,773	0,777	0,797	0,825
Brasil	74	0,639	0,674	0,687	0,706	0,747
Paraguai	81	0,66	0,695	0,701	0,713	0,736

FONTE: PNUD, 2000

GRÁFICO 3

Evolução do IDH do Mercosul



FONTE: PNUD, 2000

O Mercosul apresentou a menor média de IDH com relação aos outros blocos em todo o período analisado (1975-1998). A Argentina e o Uruguai são os países que apresentaram os maiores IDHs deste bloco e os mesmos configuram no quadro de países que possuem um desenvolvimento humano alto. Já o Brasil e o Paraguai se enquadram no grupo de países que apresentam um desenvolvimento humano médio, segundo a classificação da ONU.

De acordo com o Gráfico 3, pode-se notar que a evolução do IDH da Argentina e do Uruguai seguiram uma trajetória semelhante, o mesmo ocorrendo com relação ao Brasil e ao Paraguai.

3.2 ANÁLISE DO PIB PER CAPITA DO NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA E MERCOSUL (1975-1998)

O Produto Interno Bruto (PIB) de um país se refere ao valor de todos os bens e serviços finais que são produzidos dentro do território econômico desse país. O PIB é independente da nacionalidade dos agentes econômicos que são proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços, ou seja, o PIB só diz respeito à produção cuja renda é gerada dentro dos limites territoriais do país.

Por outro lado, o Produto Nacional Bruto (PNB) corresponde ao valor de todos os bens e serviços finais produzidos, independente do território econômico em que os mesmos foram produzidos por residentes no país. No PNB estão incluídos o valor da depreciação e o saldo da conta corrente de rendimentos do capital do balanço de pagamentos.

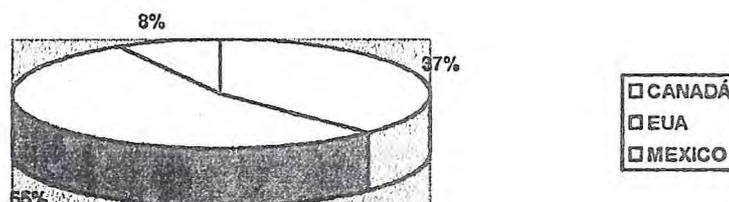
TABELA 4: PIB PER CAPITA DO NAFTA (dólares EUA 1995)

Países	PIB per capita -NAFTA				
Países	1975	1980	1985	1990	1998
Canadá	14.535	16.423	17.850	19.160	20.458
Estados Unidos	19.364	21.529	23.200	25.363	29.683
México	3.380	4.167	4.106	4.046	4.459

FONTE: PNUD, 2000

GRÁFICO 4:

COMPOSIÇÃO DO PIB PER CAPITA DO NAFTA



FONTE: PNUD, 2000

O PIB per capita médio do bloco passou de US\$ 12.426,33 em 1975 para US\$ 15.052,00 em 1985, onde em 1998 alcançou US\$ 18.200,00. O PIB per capita do México é mais de quatro vezes menor que o PIB per capita americano e canadense durante todo o

período estudado. O México foi o único país do bloco que registrou uma queda no período 1980-1985.

O Gráfico 4 ilustra a grande disparidade entre o PIB per capita mexicano e o PIB per capita dos Estados Unidos e do Canadá que juntos chegam a Ter mais de 80% do total do PIB per capita do bloco.

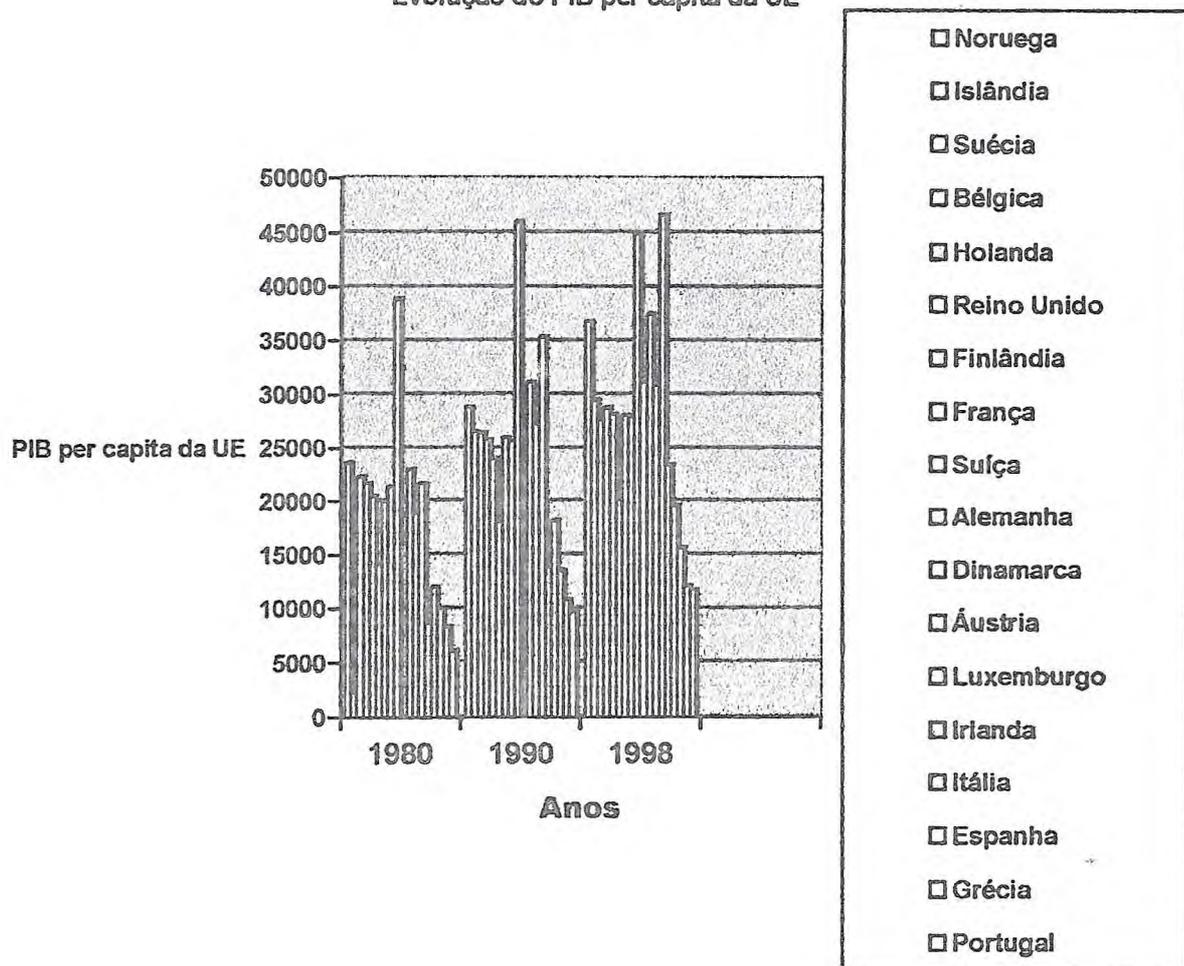
TABELA 5: PIB PER CAPITA DA UNIÃO EUROPÉIA (dólares EUA 1995)

PIB per capita da UE					
Países	1975	1980	1985	1990	1998
Noruega	19.022	23.595	27.113	28.840	36.806
Islândia	17.445	22.609	23.977	26.510	29.488
Suécia	21.157	22.283	24.168	26.397	27.705
Bélgica	18.620	21.653	22.417	25.744	28.790
Holanda	18.584	20.443	21.256	24.009	28.154
Reino Unido	13.015	14.205	15.546	18.032	20.237
Finlândia	17.608	19.925	22.347	25.957	28.075
França	18.730	21.374	22.510	25.624	27.975
Suíça	36.154	38.841	41.718	45.951	44.908
Alemanha	-	-	-	-	31.141
Dinamarca	22.984	25.695	29.332	31.143	37.449
Áustria	18.857	22.200	23.828	27.261	30.869
Luxemburgo	21.650	23.926	26.914	35.347	46.591
Irlanda	8.605	10.044	10.944	13.907	23.422
Itália	11.969	14.621	15.707	18.141	19.574
Espanha	10.040	10.512	10.943	13.481	15.644
Grécia	8.302	9.645	10.005	10.735	12.069
Portugal	6.024	7.193	7.334	9.696	11.672

FONTE: PNUD, 2000

GRÁFICO 5

Evolução do PIB per capita da UE



FONTE: PNUD, 2000

No bloco europeu, o PIB per capita da Suíça e de Luxemburgo ultrapassaram o nível de 40 mil dólares em 1998, enquanto que países como Portugal e Grécia não chegaram a alcançar 15 mil dólares.

O Gráfico 5 mostra o grande salto do PIB per capita de Luxemburgo no período 1990-1998, ultrapassando o PIB per capita suíço. É importante salientar ainda que alguns países europeus como a Noruega, Alemanha, Dinamarca e Áustria já passaram a faixa de 30 mil dólares em 1998.

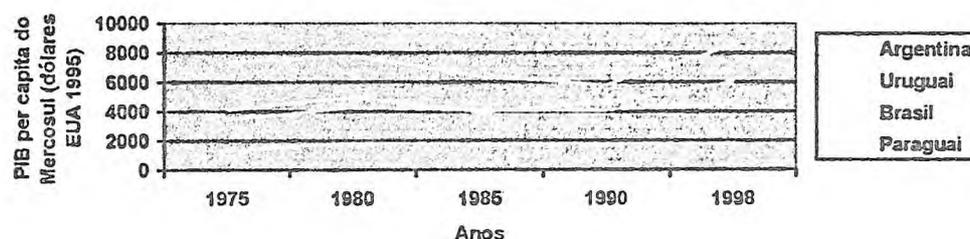
TABELA 6: PIB PER CAPITA MERCOSUL (dólares EUA 1995)

PIB Per capita do Mercosul					
País	1975	1980	1985	1990	1998
Argentina	7.317	7.793	6.354	5.782	8.475
Uruguai	4.092	4.962	3.964	4.611	6.029
Brasil	3.464	4.253	4.039	4.078	4.509
Paraguai	1.297	1.871	1.754	1.816	1.781

FONTE: PNUD, 2000

GRÁFICO 6

Evolução da PIB per capita do Mercosul



FONTE: PNUD, 2000

O PIB per capita do bloco sul-americano sofreu uma grande queda no período 1980-1985 que foi sentida em todos os seus países-membros. O Paraguai ainda apresentou outra queda nesse indicador no período 1990.-1998, onde todos os outros países do bloco conseguiram um grande aumento do mesmo neste período.

O Gráfico 6 ilustra essa queda no período 1980-1985, assim como mostra também uma certa estagnação do PIB per capita brasileiro no período 1985-1998, o qual é ultrapassado pelo PIB per capita argentino e uruguaio.

3.3 ANÁLISE DO PIB DO NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA E MERCOSUL

TABELA 7: PIB DO NAFTA

PIB do NAFTA				
	PIB (mil milhões de dólares EUA) ^a	Agricultura (Em % do PIB) ^b 1998	Indústria (Em % do PIB) ^b	Serviços (Em % do PIB) ^b
País	1988	1998	1998	1998
Canadá	580,6	-	-	-
Estados Unidos	8.230,40	1,7d	26,2d	72,0d
México	393,50	4,9	26,6d	68,4

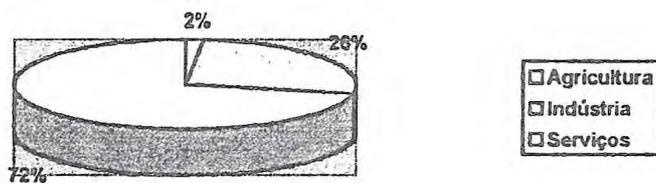
FONTE: PNUD, 2000

Nota: As parcelas percentuais da agricultura, indústria e serviços não somam necessariamente 100 devido aos arredondamentos.

a. Os dados referem-se a PIB a preços de mercado (dólares EUA correntes). B. Os dados referem-se ao valor acrescentado. C. Inclui donativos. D. Os dados referem-se a 1997. e. Os dados referem-se a 1995. f. os dados referem-se a 1996.

GRÁFICO 7.1

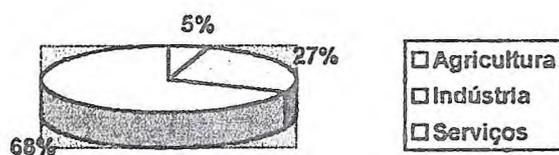
Composição do PIB dos Estados Unidos



FONTE: PNUD, 2000

GRÁFICO 7.2

Composição do PIB do México



FONTE: PNUD, 2000

É incontestável a grande superioridade do PIB americano com relação ao PIB mexicano e canadense. O PIB dos Estados Unidos chega a ser mais de 20 vezes maior que o do México e mais de 14 vezes superior ao PIB canadense no ano de 1998.

O setor de serviços é o setor de maior importância no PIB deste bloco, seguido pelo setor industrial que possui um peso que representa menos da metade da participação do terceiro setor no PIB do NAFTA.

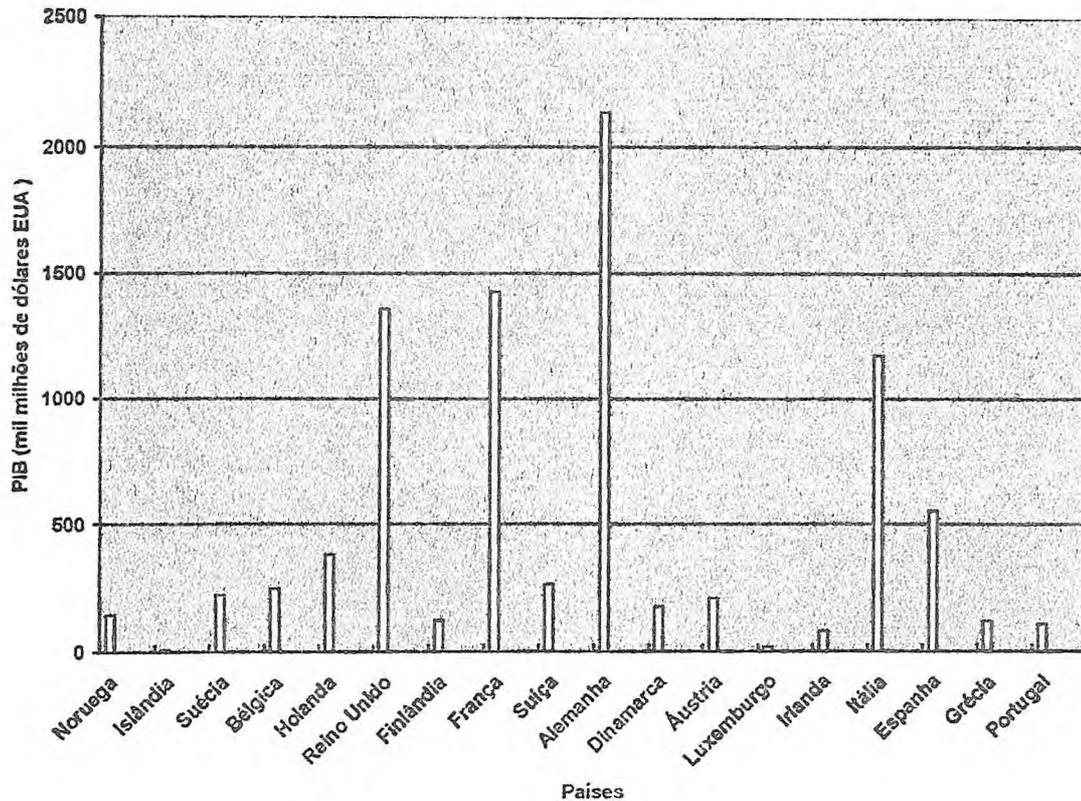
Os Gráficos 7.1 e 7.2 mostram o peso do setor de serviços da economia americana e a relativa importância da agricultura na economia mexicana, respectivamente.

TABELA 8: PIB DA UNIÃO EUROPÉIA

PIB da União Européia				
País	PIB (mil milhões de dólares EUA) ^a	Agricultura (Em % do PIB) ^b 1998	Indústria (Em % do PIB) ^b	Serviços (Em % do PIB) ^b
	1998	1998	1998	1998
Noruega	145,9	2,0d	32,1d	65,9d
Islândia	7,9	-	25,7e	63,0e
Suécia	226,5	-	-	-
Bélgica	248,2	1,1d	27,6d	71,2d
Holanda	381,8	3,1e	26,9e	70,0e
Reino Unido	1.357,20	1,8f	31,5f	66,7f
Finlândia	123,5	4,0f	34,3f	61,7f
França	1.427,00	2,3d	26,2d	71,5d
Suíça	263,60	-	-	-
Alemanha	2.134,20	1,1d	-	44,1d
Dinamarca	174,9	4,0e	26,8e	69,2e
Áustria	211,9	1,4f	30,5f	68,1f
Luxemburgo	17,4	0,8d	-	-
Irlanda	81,9	5,6e	-	60,6e
Itália	1.171,90	2,6d	30,5d	66,9d
Espanha	553,2	3,5f	-	25,1f
Grécia	120,7	10,6e	17,7e	71,7e
Portugal	106,7	3,9e	35,2e	60,9e

GRÁFICO 8

PIB da União Européia - 1998



Na União Européia, a França, o Reino Unido, Alemanha e Itália constituem os únicos países desse bloco que conseguiram ultrapassar o nível de US\$ 1 trilhão em 1998, com relação ao PIB. Tem-se ainda a presença de países como Islândia e Luxemburgo que não chegaram sequer à faixa de 20 trilhões de dólares nesse mesmo ano. O setor de serviços também apresenta uma grande importância para este bloco.

De acordo com o gráfico 8, pode-se visualizar a enorme participação da Alemanha no PIB desse bloco. A França, o Reino Unido e a Itália também detêm um grande peso econômico no bloco em termos de PIB.

TABELA 9: PIB DO MERCOSUL

País	PIB (mil milhões de dólares EUA) ^a	Agricultura	Indústria	Serviços
	1998	(Em % do PIB) ^b 1998	(Em % do PIB) ^b 1998	(Em % do PIB) ^b 1998
Argentina	298,1	5,7	28,7	65,5
Uruguai	20,6	8,5	27,5	64
Brasil	778,2	8,4	28,8	62,8
Paraguai	8,6	24,9	26,2	48,9

FONTE: PNUD, 2000

GRÁFICO 9



FONTE: PNUD, 2000

A economia brasileira possui uma presença marcante no PIB do Mercosul, seguida pela economia Argentina. O PIB brasileiro é mais de 2,5 vezes maior que o PIB argentino e 90 vezes superior ao PIB paraguaio. O setor de serviços possui uma grande presença neste bloco, juntamente com o setor industrial. Assim mesmo, a agricultura detém uma grande importância neste bloco, principalmente no Paraguai.

Pode-se observar pelo gráfico 9 a enorme presença da economia desses dois países dentro do bloco, onde juntos, Brasil e Argentina detêm quase 80% do PIB total do Mercosul.

3.4 ANÁLISE DA TAXA DE DESEMPREGO E INFLAÇÃO

TABELA 10: TAXA DE DESEMPREGO E INFLAÇÃO DO NAFTA

País	Pessoas desempregadas (milhares)	Taxa de desemprego		Taxa média anual da inflação (%)	
		Total (% da PEA)	Índice (1994=100)	1990-98	1998
	1998	1998	1998	1990-98	1998
Canadá	1.303	8,3	80	1,4	-0,6
Estados Unidos	6.204	4,5	74	1,9	1
México	603	3	68	19,5	14

FONTE: PNUD, 2000

Cerca de 8,5% da População Economicamente Ativa do Canadá se encontrava desempregada em 1998, o que corresponde a maior taxa de desemprego do NAFTA. Já o México, apesar de apresentar a menor taxa de desemprego em 1998, possui a mais alta taxa de inflação do bloco.

Dentro deste bloco, os Estados Unidos possuem o maior número de pessoas desempregadas em termos absolutos.

TABELA 11: TAXA DE DESEMPREGO E INFLAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

Países	Pessoas desempregadas (milhares)	Taxa de desemprego		Taxa média anual da inflação (%)	
		Total (% da PEA)	Índice (1994=100)		
		1998	1998	1990-98	1998
Noruega	75	3,3	60	1,8	-0,5
Islândia	4	2,7d	50d	2,9	1,7
Suécia	278	8,2	87	2,4	0,6
Bélgica	505	8,8	88	2,3	0,9
Holanda	287	4	56	2,1	2,9
Reino Unido	1.812	6,3	66	3	2,5
Finlândia	285	11,4	68	1,7	1,4
França	3.051	11,7	95	1,7	0,2
Suíça	143	4,2f	111f	1,7	1,1
Alemanha	4.279	9,4	112	2,2	0,9
Dinamarca	183	5,1	62	1,6	1,4
Áustria	237	4,7	124	2,5	1
Luxemburgo	6	2,8	88	2,2	1,7
Irlanda	125	7,8	55	2	2,4
Itália	2.801	12,2	107	4,4	2,9
Espanha	3.060	18,8	78	4,2	2,2
Grécia	432	9,6f	108f	11	5,2
Portugal	234	4,9	70	5,8	4,2

FONTE: PNUD, 2000

A União Europeia apresenta sérios problemas com relação à taxa de desemprego em alguns de seus países. Isso pode ser observado na Tabela 14, onde essa taxa chegou a 18,8% na Espanha, 2,2% na Itália e 11,7% na França em 1998. Em compensação esse bloco detém uma baixa taxa de inflação que chegou a menos de 3% na maioria de seus países-membros em 1998, com exceção da Grécia e de Portugal.

A Noruega, a França, e a Alemanha foram os únicos países do bloco europeu que tiveram uma taxa de inflação inferior a 1% em 1998.

TABELA 12: TAXA DE INFLAÇÃO DO MERCOSUL

Países	Taxa média anual da inflação (%)	
Argentina	7,8	-2
Uruguai	40,5	10,7
Brasil	347,4	3,7
Paraguai	14,6	13,8

FONTE: PNUD, 2000

O Mercosul constitui o bloco que detém as maiores taxas de inflação em seus países com relação aos outros blocos estudados. Apesar disso, há uma forte dependência a priorizar a estabilidade econômica dentro do bloco, mesmo que isso implique em um aumento na taxa de desemprego em seus países-membros, o que pode ser visualizado na Tabela 13.

TABELA 13: TAXA DE DESEMPREGO URBANO EM % NO MERCOSUL

Taxa de Desemprego Urbano do Mercosul								
PAÍS	Discriminação	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
ARGENTINA	Áreas urbanas	6,5	7	9,6	11,5	17,5	17,2	14,9
BRASIL	Seis áreas metropolitanas	4,8	5,8	5,4	5,1	4,6	5,4	5,8
PARAGUAI	Assunção metropolitana	5,1	5,3	5,1	4,4	5,3	8,2	nd
URUGUAI	Total urbano	8,9	9	8,3	9,2	10,3	11,9	11,9

Fonte: Revista RUMOS

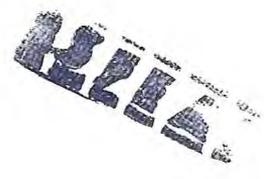
Obs: nd = dado não disponível

A Argentina é o país com maior índice de desemprego neste período que vai de 1991 a 1997 dentro do bloco sul-americano. A taxa de desemprego brasileira manteve-se relativamente estável dentro deste período com uma média de 5,2% por ano de pessoas desempregadas, mas que estavam dispostas a trabalhar.

Notas Conclusivas

Como pode-se perceber ao visualizar os diversos gráficos e tabelas deste capítulo, constatou-se não só uma grande diferença nos indicadores macroeconômicos dos países do NAFTA, Mercosul e União Européia, mas também entre os próprios blocos econômicos, dentre os quais o Mercosul apresentou os piores indicadores econômicos e sociais diante do NAFTA e da União Européia.

Ainda pode-se observar uma nítida aproximação dos indicadores econômicos e sociais da união Européia com os indicadores do NAFTA. Estes dois blocos apresentam um alto nível de desenvolvimento econômico e social, o que propicia uma elevada qualidade de vida para a sua população.



CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto nesta monografia, conclui-se, de acordo com o primeiro capítulo, que os princípios neoliberais nortearam o processo de globalização e formação de blocos econômicos. Estes novos princípios foram adotados do velho liberalismo e adaptados às novas estruturas sócio-econômicas e políticas exigidas no atual contexto de acumulação de capital. Remodelou-se então a idéia de liberdade, Estado e democracia, com o intuito de acentuar a defesa da propriedade privada que se tornaria mais forte somente com a presença do Estado mínimo.

Os governos dos países desenvolvidos que adotaram primeiramente os princípios neoliberais, como o governo Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra, não chegaram a realizar uma verdadeira política neoliberal com a presença de um Estado não interventor, apesar de reivindicar que outros países adotem completamente essa política de princípios que priorizam o livre mercado. Ainda Hoje pode-se constatar o profundo intervencionismo desses países para proteger os seus mercados e a formação dos blocos econômicos pode constituir um meio a mais de reforçar essa proteção em suas economias.

Apesar das derrotas eleitorais de vários representantes políticos neoliberais nos países desenvolvidos, os países do Terceiro Mundo ainda arcam com as conseqüências dessa nova ideologia, pois os mesmos ainda se encontram presos em suas dívidas externas que aumentam geometricamente, se tornando assim cada vez mais dependentes dos países e/ou blocos que detêm a hegemonia econômica mundial.

O Estado-nação se tornou cada vez mais dependente dos grandes capitais e tem a sua soberania ameaçada com a liberdade total de mercados, a liberdade absoluta de circulação de indivíduos, mercadorias e capitais, o que só é possível através do Estado mínimo neoliberal.

É dentro desse contexto que surgem os blocos econômicos, os quais são entendidos como um fenômeno evolutivo dentro do contexto capitalista inserido no processo de globalização e que foram discutidos no segundo capítulo.

A globalização é um fenômeno essencialmente econômico e é determinada nas áreas produtiva, financeira e econômica dos vários países do globo que buscam se associar com as grandes empresas transnacionais com o intuito de obterem uma maior inserção na economia mundial.

A globalização financeira deu condições ao grande capital financeiro de se desvincular do poder do Estado que não pode mais defender as empresas de menor porte, assim como as classes de baixa renda, pois a globalização é anunciada como um processo irreversível, onde o país que não se adequar as suas regras sofrerá uma inevitável crise econômica.

A partir desse ponto os blocos econômicos se tornam como empresas que criam estratégias que visam a atração dos grandes capitais, sejam estes sobre a forma de investimentos externos diretos ou mesmo sobre a forma de capitais especulativos de curto prazo. O importante agora é criar as condições necessárias para que os países consigam atrair o maior volume de capital possível, mesmo que eles tenham que se aliar com outros países que até então eram considerados perigosos inimigos.

A estabilidade econômica, a desregulamentação de mercados, a abertura comercial e a privatização de empresas estatais constituem os deveres do Estado da nova era. Tudo isso deve ser incorporado às economias do Terceiro Mundo, não importa se ocorrer um aumento na taxa de desemprego, perda de direitos trabalhistas, corte nos gastos sociais, deterioração dos mercados internos desses países e assim piorem as condições de vida da população.

A União Européia visa a criação de uma moeda única e de um Banco Central Europeu que controlaria a sua emissão. Diante deste quadro, os países-membros deste bloco perderiam completamente o controle de suas políticas monetárias nacionais, as quais seriam de inteira responsabilidade do Banco Central Europeu.

O mesmo caminho da União Européia parece estar sendo seguido pelo Mercosul que também planeja a criação de uma moeda dentro do bloco. Entretanto, o bloco sul-americano

vem encontrando muitas dificuldades na consolidação de seu processo de integração, pois o Mercosul é formado por países que possuem uma economia completamente diferente das economias dos países do NAFTA e da União Européia.

Já o NAFTA, como foi exposto anteriormente, não visava a criação de um mercado comum e sim o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre os países da América do Norte. Este bloco possui uma expressiva relevância na economia latino-americana e é a resposta ao Tratado de Maastricht que resultou na consolidação da integração européia.

O processo de globalização acirrou a competição internacional ao mesmo tempo em que aumentou a taxa de desemprego como foi visto no capítulo 3 deste trabalho, devido à grande ênfase dada no processo de estabilização econômica por todos os países do globo que se viram forçados a adentrar nesse processo.

Ainda permanecem grandes diferenças com relação ao IDH, PIB per capita e PIB entre os países que compõem o NAFTA, a União Européia e o Mercosul. Entretanto, este processo de formação de blocos econômicos constitui um fenômeno muito recente, pois a formação do NAFTA e do Mercosul somente foi consolidada a partir da década de 1990, enquanto que a União Européia ainda não colocou em circulação a sua moeda única.

O que se constata desde já é que esse processo de formação de blocos é aparentemente irreversível e só resta saber se este processo levará todo o planeta a fragmentar-se em blocos fechados ou se ele chegará ao ponto de formar um único bloco mundial caracterizado por uma liberalização econômica geral e a formação de um mercado global. Caso esse último pressuposto se concretize, pode-se perguntar se restará a todos os habitantes deste planeta somente uma nação e somente um governo, o qual comandará os destinos de todos os seres humanos em todas as partes da terra.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Villani Guedes de. A União Monetária Européia Frente ao Processo de Globalização Financeira. Fortaleza: Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1997. 54p. (Monografia, bacharelado em Economia).**
- CYSNE, R. P.; SIMONSEN, M. H. .Macroeconomia. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.**
- CHESNAIS, F.. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.**
- FREITAS, Débora Gaspar Feitosa. O MERCOSUL como Propósito de Integração Regional Frente aos Movimentos Liberais. Fortaleza: Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1997. 94p.(Monografia, bacharelado em Economia).**
- FIORI, J. L.. Os Moedeiros Falsos. 2ªEd.. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.**
- FURTADO, Celso. O Capitalismo Global. 3ª Ed., São Paulo: Paz e Terra, 1998.**
- FURTADO, Maria Isabel de Araújo. Neoliberalismo: Os Novos Velhos Princípios. Mimeo, Fortaleza, 1997.**
- HIRST, P.; THOMPSON G.. Globalização em Questão: A Economia Internacional e as Possibilidades de Governabilidade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.**
- IANNI, Otávio. Teorias da Globalização. 4ªEd., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1997.**
- IANNI, Otávio. O Estado-Nação na Época da Globalização. Econômica, vol. 1, n. 1, p. 105-118, Jun., 1999.**

- TAVARES, M da C.; FIORI, J. L.. **Ajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- THORSTENSEN, Vera...[et al]. **O Brasil Frente a um Mundo Dividido em Blocos**. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994.
- SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia**. 6ª Ed.. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.
- SANTOS, T. dos. **O Neoliberalismo como Doutrina Econômica**. *Econômica*, vol. 1, n. 1, p. 119-151, Jun., 1999. **O Neoliberalismo como Doutrina Econômica**.
- SOARES, Mário Lúcio Quintão. **MERCOSUL: Direitos Humanos, Globalização e Soberania**. Belo Horizonte : Inédita, 1997.